



RELATÓRIO ANUAL 2011

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO	3
---------------------------	---

MENSAGEM AOS PARTICIPANTES	5
---	---



FOCO NO PARTICIPANTE E NA BUSCA DE RESULTADOS	6
--	---

O PARTICIPANTE EM PRIMEIRO PLANO	7
--	---

CUIDANDO BEM DO PATRIMÔNIO DE TODOS	9
---	---

CADA VEZ MAIS PERTO DE VOCÊ	10
-----------------------------------	----

POR UMA GESTÃO MAIS MODERNA E EFICIENTE	11
---	----

SEMPRE PRESENTE NO SEU FUTURO	12
-------------------------------------	----

PERFIL DOS PARTICIPANTES	14
--------------------------------	----



RESULTADOS DA PETROS EM 2011	16
---	----

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADO 2011	20
---	----

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DEZ/11	27
---	----

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010	30
---	----

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	34
---	----

PARECERES CONSELHO FISCAL E CONSELHO DELIBERATIVO	65
---	----



APRESENTAÇÃO

Pioneira no mercado brasileiro de previdência complementar, a Petros publica seu *Relatório Anual 2011*, destacando as iniciativas de modernização da gestão, as ações de relacionamento com os participantes, os principais resultados e o planejamento estratégico para os próximos anos, além de outros temas relevantes.

Nesta edição, reformulamos o projeto editorial para tornar o relatório mais enxuto e conciso, abordando os temas mais importantes com clareza e objetividade. Nesse contexto, destaca-se também a decisão de apresentar os planos de benefícios para os participantes em formato digital (CDs dispostos na última capa do presente relatório), em vez de impresso. Assim, otimizamos custos de produção gráfica e distribuição, além de ir ao encontro da visão de responsabilidade socioambiental da Fundação.

O objetivo é prestar contas de nossa atuação aos participantes e demais públicos de relacionamento, reafirmando a transparência com que a Petros desenvolve suas atividades. Trata-se do mais importante documento produzido pela Fundação, configurando um instrumento legal de transparência da gestão e de comunicação institucional.

Esperamos que esta leitura atenda às expectativas de nossos públicos, abrangendo os dados e informações mais importantes do trabalho realizado em 2011.

No CD que acompanha esta publicação, a Petros emite ainda seu Balanço Social, no modelo Ibase, com o conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos seus colaboradores, participantes, patrocinadores e instituidores.

Boa leitura!



MENSAGEM AOS PARTICIPANTES

A atuação do conjunto de gestores e colaboradores da Petros permitiu que superássemos os principais desafios ao longo do ano passado, em especial os decorrentes da nova onda da crise internacional. Momentos assim exigem cautela e criatividade para que dificuldades sejam convertidas em oportunidades. Também nos dedicamos a redesenhar o planejamento estratégico da Fundação. Com o empenho de todos, alcançamos bons resultados em ambas as frentes, que, com satisfação, compartilhamos com nossos participantes, patrocinadores e instituidores.

Assim como em 2008, o ano de 2011 foi bastante turbulento do ponto de vista econômico. Essa instabilidade afetou mercados em todo o mundo, em especial as nações da zona do Euro, e, mesmo com as vantagens que o Brasil apresenta em relação a outros países, impactou a atividade econômica interna. Apesar disso, a Petros obteve um desempenho muito bom no ano, considerando as adversidades do período – ficamos bem próximos da meta atuarial estabelecida, gerando um bom retorno para os nossos investimentos, e ultrapassamos a barreira de 150 mil participantes em todos os nossos planos.

Rentabilidade e crescimento são resultados de uma estratégia definida internamente, após criteriosa análise de nossas equipes de especialistas. Com a necessidade de estímulo ao consumo interno e a consequente redução das taxas de juros, ampliam-se os investimentos de longo prazo, em renda variável, por exemplo. Além disso, ao longo de 2011 alcançamos algumas conquistas extremamente importantes, como a primeira transferência de gestão de um plano de benefício, recebida pela Petros, e o planejamento de significativos investimentos da Invepar e da Sete Brasil, oportunidades com remuneração bastante atraente.

Em 2011, os ativos em investimentos atingiram R\$ 57,9 bilhões, e a rentabilidade da Fundação ficou em 11,76%, pouco abaixo da meta atuarial de 12,89%. Esse resultado supera, pelo segundo ano consecutivo, rendimentos como o Ibovespa e o CDI. Enquanto o Ibovespa registrou queda de 18,11%, os investimentos em renda variável da Petros atingiram 6,25%. Já os investimentos em renda fixa da Petros alcançaram o patamar de 14,78%, contra uma rentabilidade de 11,60% do CDI.

Ao longo do ano passado, preparamos a instituição para os desafios que o mercado apresentará no futuro. Estamos cientes de que a conjuntura econômica positiva e as estratégias governamentais na área estimularão o crescimento do setor previdenciário no Brasil. A nova estrutura desenhada para a Petros terá suporte de uma nova política integrada de gestão de pessoas, preparando nossos colaboradores para enfrentar os desafios do crescimento almejado para a Petros.

Também investimos em tecnologia da informação, o que permite reduzir custos, com o aperfeiçoamento dos sistemas administrativos e de seguridade. Devemos avançar na definição de uma política de comunicação que estreite ainda mais a relação entre a Petros e os seus diversos públicos.

Os excelentes índices obtidos na pesquisa de satisfação com participantes (93%) indicam que estamos no caminho certo. Para a Petros, é fundamental que o participante perceba com clareza a segurança do investimento que ele realiza. A credibilidade é um ativo muito importante, e por isso trabalhamos com foco no participante, buscando os melhores resultados para os investimentos, sempre utilizando uma comunicação transparente.

Mesmo com o processo da nova estrutura, nossa essência foi mantida, e nossa Missão e Visão não sofreram alterações. Há 43 anos seguimos trabalhando para garantir a tranquilidade e o futuro de todos os nossos participantes.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer a todos os nossos parceiros de negócios e públicos de relacionamento, que em 2011 foram essenciais para o sucesso da Petros.

Diretoria Executiva

FOCO NO PARTICIPANTE E NA BUSCA DE RESULTADOS

A Petros encerrou o ano de 2011 com 47 planos, que atendem a 164 diferentes empresas patrocinadoras e entidades instituidoras. Isso totaliza mais de 150 mil participantes e significa um patrimônio de investimentos de quase R\$ 58 bilhões.

Além dos ótimos resultados alcançados, a Fundação passou por uma transformação na forma de conceber o seu planejamento. A Diretoria Executiva reviu o direcionamento estratégico da instituição, como forma de garantir a sua perenidade, tendo como principais focos a sustentabilidade do negócio, a boa gestão do patrimônio de investimentos e a permanente melhoria do relacionamento com os participantes.

O principal desafio é preparar a Petros para aproveitar as oportunidades oferecidas ao setor de previdência complementar, que vive um bom momento, marcado pelo aumento da renda da população, o baixo nível de desemprego e a própria expansão da Petrobras. Com sua cultura de planejamento, a Fundação aprimorou a integração entre a Diretoria Executiva e as áreas, de forma a maximizar a execução das atividades.

Como resultados imediatos estão a racionalização de custos, a melhoria no apoio tecnológico, a maior dinâmica na gestão interna e um novo conceito para a gestão de pessoas, entre outros impactos positivos na eficiência e na agilida-

de dos processos. Com o foco sempre no participante, a implantação de uma nova estrutura permitirá à Petros reduzir prazos de atendimento e aumentar a segurança do serviço prestado e a confiabilidade na entrega de benefícios, além de manter estudos consistentes para a meta atuarial, considerando a diversidade dos planos administrados.

As instâncias máximas da Petros também foram renovadas em 2011. Em maio, tomaram posse novos conselheiros no Conselho Deliberativo (CD), indicados pela Petrobras, entre eles o presidente do CD, Diego Hernandes. Em setembro, foi realizada a eleição para os Conselhos Deliberativo e Fiscal. Foram eleitos pelos participantes dois conselheiros para o CD e um para o CF. O pleito contou com quase 60 mil votos válidos, sendo 30.340 para o CD e 29.151 para o CF. A votação via Internet respondeu por 65% dos votos. Graças ao uso do telefone e da Internet, o resultado da eleição pôde ser divulgado imediatamente após o término da votação.

Os avanços na gestão da Petros no ano são resultados do desempenho da atual diretoria. Luís Carlos Fernandes Afonso, diretor Financeiro e de Investimentos até o final de 2010, teve sua nomeação como presidente da Petros aprovada pelo Conselho Deliberativo em 4 de janeiro de 2011. O executivo anunciou uma fase de novos desafios, norteados pelos mesmos princípios e valores que vigoraram na Petros nos últimos anos.



AMÉRICO VERMELHO

Aproximar-se dos participantes e aprimorar o atendimento estão entre as prioridades da atual gestão

PRINCIPAIS NÚMEROS DA PETROS

Patrimônio de investimentos	R\$ 57,9 bilhões
Classificação dos investimentos	
Renda fixa	50,61%
Renda variável	37,03%
Investimentos estruturados	6,39%
Imóveis	3,27%
Operações com participantes	2,70%
Rentabilidade anual	11,76%
Meta atuarial (IPCA + 6%)	12,89%
Participantes	
Ativos	95.313
Assistidos	55.431
Total	150.744
Planos	
Benefício definido (BD) (planos fechados para novas inscrições)	6 planos 11 empresas patrocinadoras
Contribuição definida (CD)	21 planos 40 empresas patrocinadoras
Contribuição variável (CV)	2 planos 16 empresas patrocinadoras
Instituídos	18 planos 97 empresas, entidades de classe ou associações
Total de planos	47
Total de empresas e entidades	164*

Dados referentes a dezembro de 2011.

(*) Nesse número constam todas as empresas e entidades para as quais a Petros administra planos de previdência, sendo que algumas delas têm até dois planos.

O participante em primeiro plano

A solidez e a capacidade de se adequar às oportunidades e aos contextos econômicos resultaram no crescimento do número de participantes no período, que passou de 144.164, em 2010, para a marca de 150.744, no encerramento de 2011. Também foram conquistados no ano passado cinco outros patrocinadores e 12 novos

instituidores. As contribuições extras e portabilidades, por sua vez, tiveram um aumento significativo em 2011 e totalizaram R\$ 18.605.137,00. Esse volume superou em cerca de 44,2% o total registrado em 2010. O resultado foi incrementado em virtude de uma campanha realizada junto aos participantes de todos os planos.



RENATO VELASCO

Com nova forma de atuação, a Petros quer ampliar o contato com os participantes. A Corrida Rústica é uma dessas ações.

RELACIONAMENTO COM O PARTICIPANTE

No início de 2011, a Petros desmembrou as atividades da Gerência de Operações com a criação da Gerência de Relacionamento e Pagamento, para racionalizar processos e, conseqüentemente, aprimorar o atendimento. A área opera com postura proativa, agilizando os assuntos demandados e antecipando soluções.

Para subsidiar essa forma de atuação, a nova área reafirmou a necessidade do contato humano. Ao mesmo tempo, reconheceu que a automação, em muitos casos, satisfaz o participante e permite um ganho de tempo nos processos internos.

Um ano do posto de Aracaju

Mais novo posto de atendimento da Petros, Aracaju completou um ano de atividades no dia 22 de outubro de 2011. Os números comprovam a viabilidade do posto na capital sergipana: dos 7.318 atendimentos realizados no decorrer desse período, 4.530 foram presenciais (80% do total). A segunda preferência dos participantes é o telefone, com 2.105 atendimentos. O Encontro Petros com Participantes – Previdência e seu Futuro reuniu, em 2011, cerca de 500 pessoas na cidade e, assim, entrou para o calendário oficial de Eventos da Petros. Aracaju é a quarta maior base de aposentados e pensionistas da Fundação, reunindo cerca de 6 mil participantes.

A partir dessas mudanças na gestão, o setor de Relacionamento com o Participante realizou, em média, mais de 27 mil atendimentos mensais. Os temas relacionados a empréstimo foram os mais demandados para os Planos Petros

(BD). Valor líquido de pagamento-BD e questões sobre os planos CD completam a lista de demandas mais recorrentes.

AÇÕES COM PETROBRAS, EMPRESAS DO SISTEMA E ENTIDADES INSTITUIDORAS

A Petros também realizou palestras e apresentações para colaboradores da Petrobras e das empresas do Sistema Petrobras. Ao todo, foram 328 ações de abrangência nacional, das quais 283 nas patrocinadoras do Sistema. Destacaram-se o I Seminário Petros para Áreas Jurídicas de todo o Brasil e o evento Atualizando o RH – Módulo Benefícios, que teve como público-alvo gestores e empregados das áreas de Recursos Humanos da Petrobras. Outras 127 palestras foram apresentadas para instituidores em todo o território nacional.

Programa de Preparo para a Aposentadoria (PPA)

Pensando na qualidade de vida futura de seus participantes, a Petros participa do Programa de Preparo para a Aposentadoria, da Petrobras. A Fundação esclarece dúvidas sobre o Plano Petros dos participantes, abordando as características dos planos, serviços, direitos e tipos de benefício. São informações importantes para o momento em que o empregado começa a considerar esse passo decisivo que é a aposentadoria.

No total, foram ministradas 14 palestras, com a participação de 516 empregados da Petrobras e da BR Distribuidora e 68 familiares. As cidades visitadas foram Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Vitória (ES), Salvador (BA), Manaus (AM), Macaé (RJ), Natal (RN), Santos (SP) e Betim (MG).

Cuidando bem do patrimônio de todos

A Petros investiu para aprimorar seus mecanismos de gestão da carteira de patrimônio de investimentos. A estratégia global do negócio consistiu em manter a alta diversificação, com atenção para as boas oportunidades nos setores de infraestrutura e mercado acionário, principalmente pela segurança do longo prazo.

Nos projetos selecionados pela Fundação, tão importantes quanto o retorno financeiro são as boas práticas de governança corporativa, o que inclui a transparência na gestão. Em linha com essa visão, houve uma ampliação de profissionais especialistas na área responsável pelo controle de riscos das operações.

Com uma equipe técnica altamente qualificada, que estuda as tendências do mercado interno, a área atuou fortemente em linha com três aspectos estratégicos: a constituição da carteira, as necessidades de liquidez e as oportunidades oferecidas pelo mercado.

Essa postura levou a Petros a se preparar, já há vários anos, para o cenário de diminuição do Risco Brasil e a consequente redução das taxas de juros, tendência que está se confirmando para o médio e o longo prazos. A queda dessas taxas é bastante favorável ao país, na medida em que cria condições para o desenvolvimento estruturado e sustentável.

Com a redução da taxa de juros real, a Fundação tem alocado recursos na cadeia produtiva e em investimentos relacionados à renda variável.

NOVAS PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS

A Fundação Petros enxergou no setor imobiliário a oportunidade de investir em escritórios de alto padrão. Esse é o caso do Porto Brasilis, no Rio de Janeiro, inaugurado no primeiro semestre de 2012. Com 16 andares, o edifício comercial é um dos primeiros empreendimentos a participar da operação urbana de renovação do Porto Maravilha. A construção concilia alto padrão (“triple A”), estética e compromisso com a sustentabilidade: o Porto Brasilis deve receber certificação internacional de “prédio verde”, por apresentar eficiência no uso de energia e de água, entre outras características.

Outro investimento da Petros é a construção de imóveis que servem à própria Petrobras, principal patrocinadora do fundo, cuja expansão é constante. Nesse caso, a Torre Pituba, em Salvador, cuja pedra fundamental foi lançada no final de 2011, tem sua inauguração prevista para 2014. Trata-se do quarto edifício do Conjunto Pituba, ocupado pela Petrobras desde 1987. Os 22 andares do prédio abrigarão mais de 5 mil postos de trabalho. O projeto inclui a construção de uma passarela coberta, interligando os prédios do conjunto e o estacionamento, com 2.600 vagas. O edifício também é de alto padrão e deve receber certificação de “prédio verde”. Ambos os empreendimentos constituem rendimentos seguros no longo prazo, condizentes com o compromisso de pagamento de benefícios dos planos administrados pela Petros.



NELSON PEREZ

Porto Brasilis, no Rio de Janeiro: oportunidade de aprimorar a rentabilidade do patrimônio investindo em escritórios de alto padrão

EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES

Alguns planos administrados pela Petros disponibilizam aos participantes e assistidos a possibilidade de empréstimo. Em 2011, a Diretoria Executiva aprovou diversas mudanças nas regras de concessão, possibilitando aos participantes um maior acesso ao crédito, mantendo a segurança da operação. Essas mudanças culminaram no aumento de 25,5% nos recursos alocados em empréstimos entre fevereiro e dezembro do ano passado.

O produto tem por objetivo rentabilizar os investimentos da Fundação e, simultaneamente, oferecer aos participantes uma alternativa de crédito em condições bastante diferenciadas das praticadas pelo mercado financeiro em geral. Em 2011, quatro novos planos passaram a oferecer empréstimo, englobando seis patrocinadores e um instituidor de planos.

A Petros encerrou o ano com mais de 65 mil contratos de empréstimos vigentes, totalizando um volume de R\$ 1,56 bilhão. A solicitação se dá pelos seguintes canais de atendimento: portal Petros; atendimento telefônico via 0800; atendimento pessoal na sede da Petros e nos postos de atendimento de Salvador, Santos e Aracaju.

FINANCIAMENTO HABITACIONAL

Com o objetivo de ajudar os participantes a concretizar o sonho da casa própria, em 2011 ocorreram mudanças nos convênios mantidos com instituições financeiras, trazendo mais vantagens aos participantes. Além de oferecer taxas abaixo das praticadas no mercado e prazo de amortização do saldo devedor de até 30 anos, alguns bancos inovaram em suas propostas. O Banco do Brasil, o HSBC e o Santander, por exemplo, ampliaram o convênio também para a compra de imóveis comerciais, reduziram suas taxas e aumentaram o percentual de financiamento do valor do imóvel.

Para atender melhor ao participante, a Petros mantém, na área restrita do portal, *link* para os *sites* dos bancos, com simuladores criados exclusivamente pelas instituições bancárias conveniadas. A medida é mais uma forma de promover o uso consciente das vantagens oferecidas pelos bancos na modalidade de financiamento imobiliário.



ESTUDIO CAROL GONZALEZ

Encontros Petros com o Participante reforçam o relacionamento aberto e transparente

Cada vez mais perto de você

O relacionamento aberto e transparente com os participantes e demais públicos constitui um dos objetivos de atuação da Petros. Destaca-se, nessa linha de ação, a organização dos Encontros Petros com o Participante, que buscam aproximar a Fundação de seus clientes para aprimorar os serviços prestados.

Nos Encontros, a Diretoria Executiva apresenta os resultados mais recentes da Petros e as principais diretrizes para a Fundação. Trata-se também de um canal para esclarecer dúvidas e conhecer as demandas dos participantes.

No primeiro semestre, são realizados os Encontros Petros com o Participante – Resultados e Perspectivas. No segundo, ocorrem os Encontros Petros com o Participante – Previdência & seu Futuro. A agenda do primeiro semestre é voltada aos encontros de prestação de contas e apresentação de resultados. Na segunda metade do ano, ocorrem eventos de confraternização, de caráter mais festivo, e palestras sobre educação financeira e previdenciária, e de qualidade de vida.

Encontros Petros com o Participante – Resultados e Perspectivas

Ocorreram três encontros no mês de maio: no Rio de Janeiro (RJ), em São Paulo (SP) e em Salvador (BA), com a participação total de 600 pessoas.

Encontros com o Participante – Previdência & seu Futuro

Foram realizados quatro eventos: no Rio de Janeiro (RJ), em julho; em Salvador (BA), em agosto; e em Aracaju (SE) e Santos (SP), durante novembro. No total, estiveram presentes 2.400 pessoas.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO

A pesquisa de satisfação realizada pela Petros em 2011 revelou que 93% dos participantes e assistidos estão satisfeitos com a Fundação. Esse resultado representa um aumento de dez pontos percentuais em relação a 2010 e de 20 pontos na comparação com 2009. A pesquisa também indica aumento no número de pessoas que seguirão como participantes da Fundação: 77%, ante 64% em 2010 e 53% em 2009.

O levantamento, realizado pelo instituto de pesquisa de mercado e opinião Insider, aferiu ainda a percepção dos participantes em relação à imagem da Petros. Na comparação com as duas sondagens anteriores, houve melhora em todos os quesitos.

Avaliação dos atributos de imagem na pesquisa de satisfação de participantes

	2009	2010	2011
Sólida	87%	92%	97%
Moderna	83%	89%	95%
Eficiente	77%	85%	93%
Preocupa-se com o seu cliente	74%	83%	90%
Transparente	72%	80%	88%

PROGRAMA PETROS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

O Programa Petros de Educação Financeira e Previdenciária desenvolveu ações com o objetivo de fomentar a disseminação da cultura previdenciária entre os participantes e assistidos dos planos de benefícios, além de ampliar o entendimento sobre os serviços prestados, de maneira transparente. Aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o programa de 2011 teve como foco a elaboração de conteúdos para os canais de comunicação da Fundação, além de ações presenciais por meio de eventos e palestras.

A iniciativa contempla ainda a instrução da Previc que dispensa o envio do relatório anual por meio impresso aos participantes dos planos de benefícios abordados pelo programa. Com isso, são reduzidos os gastos com impressão gráfica e envio da publicação por correspondência, diminuindo também o impacto ambiental. No portal da Petros, o documento está disponível para todos os participantes.

OUTRAS AÇÕES DE RELACIONAMENTO

A Petros realizou, ainda, outras ações de engajamento dos participantes, envolvendo cultura e esporte:

Corrida Rústica – Realizada no Aterro do Flamengo, com a participação de aproximadamente 500 atletas, um recorde para o evento, que arrecadou 1,4 tonelada de alimentos, doados a duas instituições beneficentes.

Concurso de Contos da Petros – Em dezembro de 2011, foi realizada a cerimônia da final do XI Concurso de Contos Petros, que homenageou a escritora e ex-catadora de papel Carolina Maria de Jesus, autora de *Quarto de Despejo*. O conto vencedor foi o de João Paulo Vaz, com a obra *Os Meninos*, selecionada entre mais de 200 trabalhos inscritos. Os dez melhores contos foram publicados em uma coletânea, que trouxe ainda um perfil da escritora homenageada.

Coral Petros – Cerca de 20 apresentações ocorreram em 2011. O Coral, que conta hoje com 40 integrantes, entre aposentados, pensionistas e participantes, completa 15 anos em 2012.

Por uma gestão mais moderna e eficiente

A Petros mudou sua nomenclatura organizacional, substituindo Recursos Humanos por Gerência de Pessoas. O novo modelo observa as melhores práticas disponíveis no mercado. A área atende a um quadro de 507 empregados. O ano de 2011 foi um marco para a Petros: a Diretoria e seus colaboradores concluíram, com habilidade, dois acordos coletivos, em março e dezembro, denotando sintonia entre as partes e culminando em um ambiente de trabalho ainda melhor.

Entre as principais ações da Petros, em 2011, com vistas à promoção da qualidade de vida, destacam-se:

Equidade de gênero e diversidade – Colaboradores ganharam o direito de incluir o cônjuge ou companheiro(a) no plano de assistência médica e hospitalar e na assistência odontológica, inclusive em casos de relação estável com pessoa de mesmo sexo. A licença paternidade foi estendida para dez dias;

Projeto de integração de equipes – Em março, ocorreu a integração da Gerência de Pessoas e, em julho, da Gerência de Tecnologia da Informação. Os programas tiveram como objetivos facilitar o relacionamento entre a equipe por meio de vivências, criar um ambiente de trabalho que fomente a cooperação e despertar a motivação e o fortalecimento interno das pessoas, entre outros;

Programa Saúde em Dia e exames periódicos – Acompanhamento da saúde ocupacional dos colaboradores da Fundação; vacinação, incluindo hepatite A+B e meningite C, além da vacina sazonal e contra gripe suína. Os dependentes também foram beneficiados e puderam se vacinar pagando o mesmo preço praticado pela Petros.

AVANÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

A área de TI deu continuidade, ao longo de 2011, à migração das bases de dados para as plataformas Linux e Oracle. Todas as áreas da Fundação deverão ser contempladas por essa mudança, mas nesse primeiro momento o foco foi direcionado aos sistemas administrativos.

O programa abrangeu quatro projetos: Projeto Petros (tudo o que diz respeito às aplicações e ao conhecimento interno); Projeto Infraestrutura (preparação de servidores e redes e do ambiente tecnológico para suportar as aplicações); Projeto de Banco de Dados (externo) – apoio à tecnologia (Oracle); e Projeto de Aplicações (exporta todos os sistemas da plataforma anterior para a nova). A iniciativa foi estruturada em pacotes, com o agrupamento de sistemas que, de acordo com características tecnológicas, tenham similaridade.

Em continuidade à permanente política de aprimoramento, a Petros ampliou em 25% seu parque tecnológico, incluindo equipamentos, *hardware*, *software* etc. Considerando a deterioração média de aparelhos eletrônicos (cerca de cinco anos de vida útil), a Fundação mantém, assim, seu parque tecnológico modernizado, operando perfeitamente e atualizado com os sistemas e aplicações mais avançados.

Participação no evento mundial da Oracle

Em outubro de 2011, a Petros participou de um evento mundial da Oracle, nos Estados Unidos, no qual apresentou seu projeto de migração da base de dados. A iniciativa foi considerada pioneira, principalmente no que se refere à implementação, ao sincronismo e à ferramenta que permite a convivência de alguns sistemas concomitantemente. A forma de execução foi considerada “de vanguarda” pelos executivos da Oracle, destacando-se diante de dezenas de outros candidatos a menção honrosa.

NOVIDADES NO PORTAL

Desde dezembro de 2011, os participantes que acessam o Portal Petros já podem perceber as evoluções apresentadas pelo canal, desde a mudança do *layout* até o profundo projeto de reformulação, que contemplou novos conceitos tecnológicos de navegação, garantindo que a informação esteja acessível a todos os usuários.

Para proporcionar ao participante uma navegação mais prática e personalizada em nosso portal, foram disponibilizados novos simuladores dos planos de benefício. Tam-

bém foi implantada a segmentação dos perfil de acesso, beneficiando participantes, gestores e colaboradores da Petros. Toda a área dos planos instituídos foi reformulada, melhorando o acesso à informação sobre os planos de benefícios oferecidos pela Petros.



Sempre presente no seu futuro

Concebido para contemplar os cinco anos seguintes, a cada ano o planejamento estratégico da Petros é revisto, como forma de consolidar ou realinhar, se necessário, as diretrizes. Esses ajustes são essenciais para fortalecer nossa linha de atuação, pois o cenário do mercado pode mudar rapidamente. O planejamento é um compromisso da direção, dos gerentes e dos colaboradores com a perenidade da Petros e com a qualidade dos serviços prestados.

Em 2011, o processo de desenvolvimento do Planejamento Estratégico foi reformulado, principalmente com vistas ao retorno dado ao participante. A mudança permitiu à Diretoria Executiva atuar de maneira mais presente, desde a concepção das grandes diretrizes até sua execução, maximizando a possibilidade de sucesso dos projetos e proporcionando melhor alinhamento entre as áreas.

Tendo como objetivo a perenidade de seu negócio, a Petros contratou três consultorias externas para mapearem, em conjunto, os caminhos a serem percorridos para alcançar as metas propostas e atuar com segurança e solidez no setor de multipatrocínios. Estiveram ao lado da Fundação nesse processo as conceituadas McKinsey & Company, Hay Group e PricewaterhouseCoopers.

Escritório de Projetos

O Planejamento Estratégico para 2012-16 inovou ao construir uma estratégia a ser implantada por meio de projetos de ações integradas. Cada um desses projetos possui um líder, e o Escritório de Projetos fará o acompanhamento dos projetos e a ligação entre cada líder e a Diretoria Executiva.

Foram instituídas 12 iniciativas, alocadas dentro do Escritório de Projetos. Para tanto, partiu-se do direcionamento estratégico determinado pela Diretoria, somado à visão integrada de todos os gerentes, construída com base nos resultados de oficinas preparatórias. As ações integradas são disseminadas entre o quadro técnico da Petros à medida que são realizadas, num processo que tende a envolver, gradualmente, todos os colaboradores.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2012-2016

No ano passado, a Petros estabeleceu sua Política de Investimentos para o período entre 2012 e 2016. Esse trabalho tem como objetivo nortear as ações dos gestores para cenários de longo prazo. O estudo apurou que o nível de incertezas advindas do cenário econômico internacional segue muito grande. Embora o Brasil se mantenha equilibrado economicamente, a Petros estabeleceu princípios norteadores para alocação de recursos para os próximos anos, com vistas a mitigar possíveis impactos em seus negócios.

Foram considerados três princípios fundamentais: segurança e diminuição de risco, rentabilidade com responsabilidade social e diversificação de investimentos no portfólio.

As perspectivas para o setor de previdência são muito positivas nos próximos anos. A economia doméstica mantém-se aquecida, e verifica-se um aumento na renda da população, uma expansão da classe média e um ambiente de negócios cada vez mais desenvolvido. Além disso, a criação de um fundo de previdência complementar para os servidores públicos federais de cada um dos Três Poderes, a Funpresp, também contribuirá para o crescimento do setor no Brasil.

Frente a esse cenário, a Petros prevê uma expansão no segmento, com o fortalecimento do mercado, a necessidade de criação de novos planos e uma demanda crescente para transferência de gestão. Em relação a esse último item, em 2011, tivemos uma experiência com a TAP Manutenção e

Engenharia. Durante seis meses, realizamos o processo de migração do plano de benefícios TAPMEPrev (antigo Plano VEM), que era administrado pela Aerus. Esse trabalho nos capacitou para atuar nesse importante nicho.

Detalhamento

A Política de Investimentos da Petros, em 2011, passou a contemplar sete diferentes planos: Planos Petros do Sistema Petrobras; Plano Petros 2; Lanxess, Ultrafertil e Nitri-flex, estes pertencentes ao Plano Petros – Privatizadas; Braskem, e PQU e Copesul, ligados ao Plano Petros – Privatizadas, em processo de retirada de patrocínio.

A Política de Investimentos da Petros segue um período de cinco anos, com revisão a cada ano, a partir da avaliação dos riscos e oportunidades do cenário atual do mercado. Nesse sentido, 2011 se apresentou como um momento de crise internacional, cenário que exige cautela, mas, ao mesmo tempo, pode gerar boas oportunidades aos investidores.

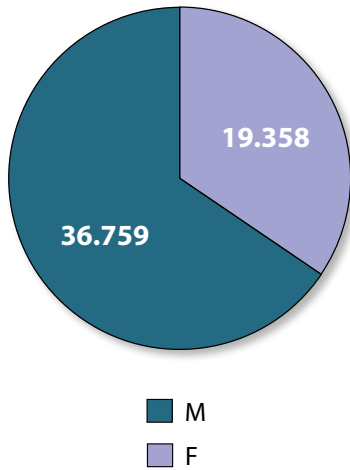
A Petros não mantém um setor de investimento preferencial e, portanto, avalia as possibilidades sob a ótica da relação risco-retorno, da liquidez e do impacto na diversificação da carteira. Sob essa filosofia, a Fundação voltou suas atenções para oportunidades em infraestrutura, em especial nas áreas de energia, transportes e petróleo/gás, apropriadas ao perfil de compromissos de longo prazo característico de um entidade fechada de previdência complementar.



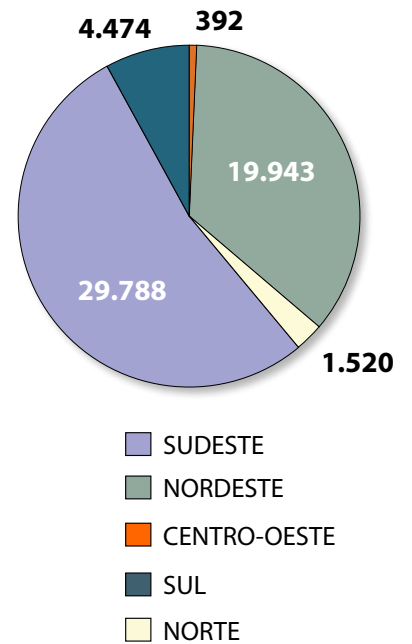
PERFIL DOS PARTICIPANTES

ASSISTIDOS

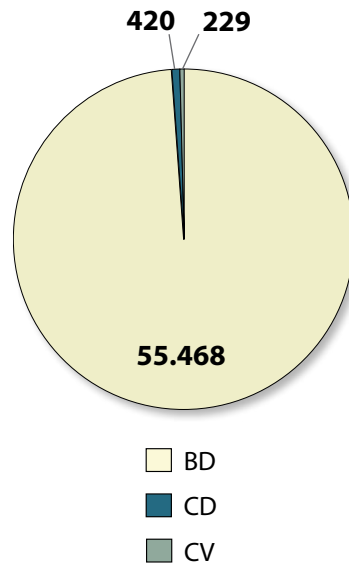
GÊNERO



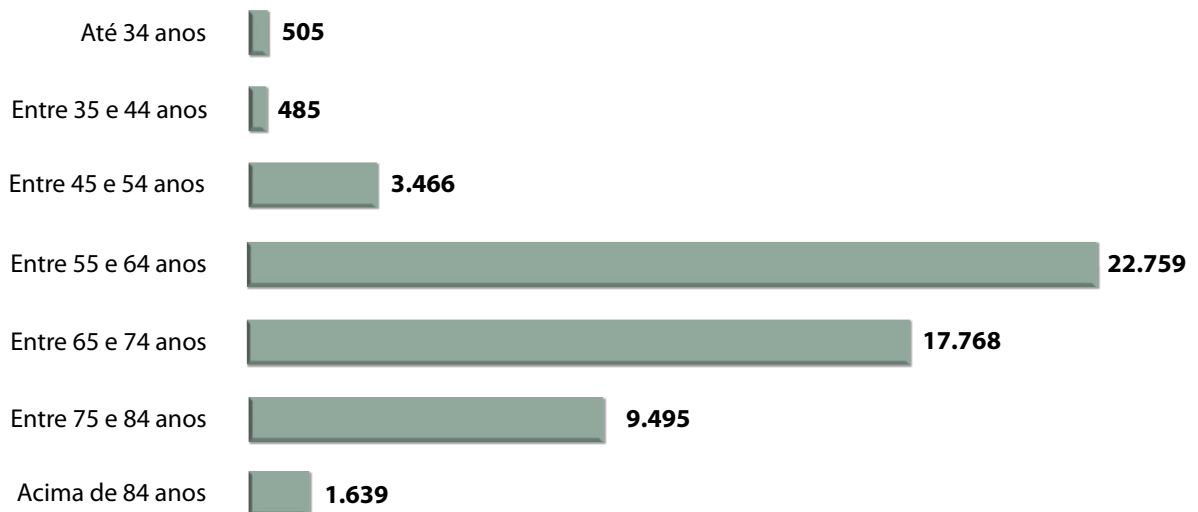
REGIÃO



MODALIDADES DE PLANOS

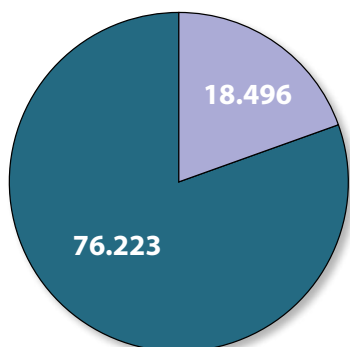


FAIXA ETÁRIA



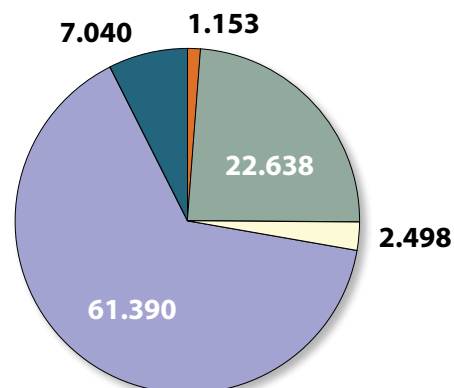
ATIVOS

GÊNERO



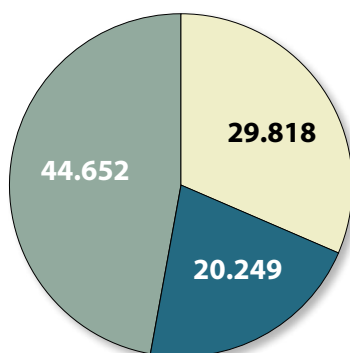
■ M
■ F

REGIÃO



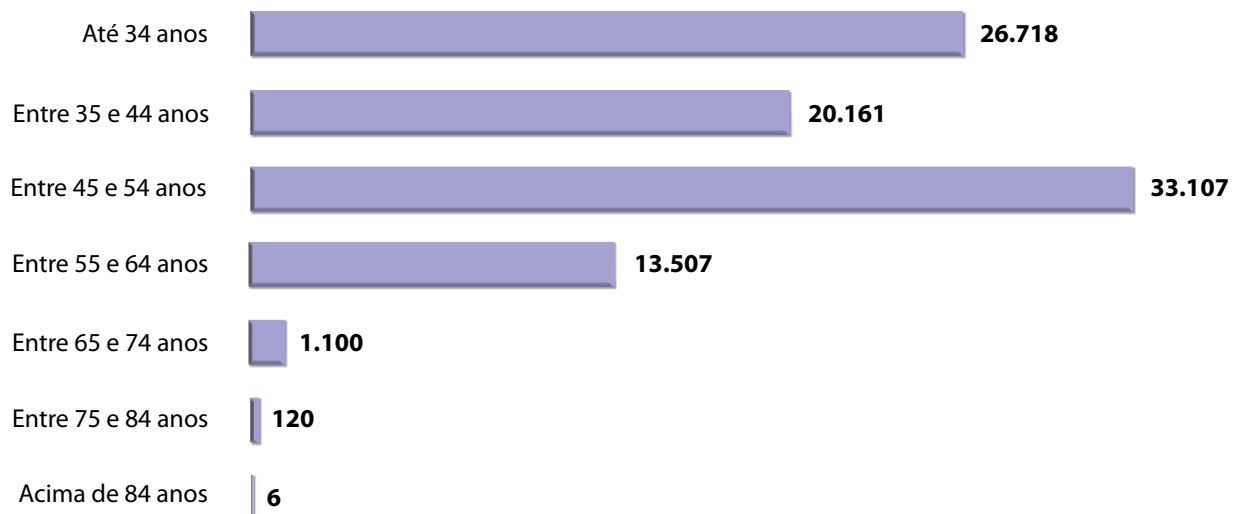
■ SUDESTE
■ NORDESTE
■ CENTRO-OESTE
■ SUL
■ NORTE

MODALIDADES DE PLANOS



■ BD
■ CD
■ CV

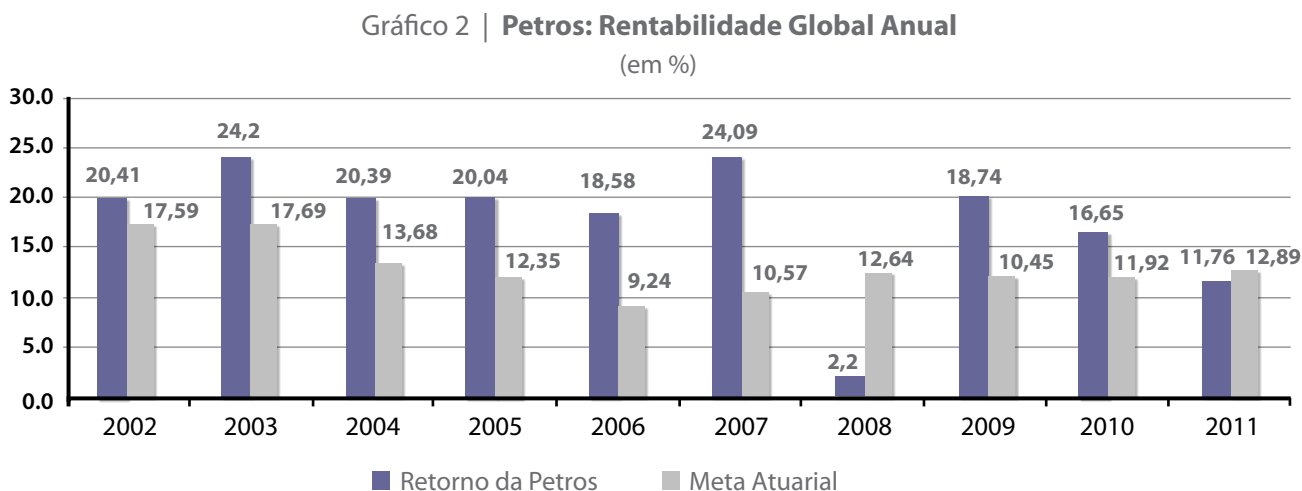
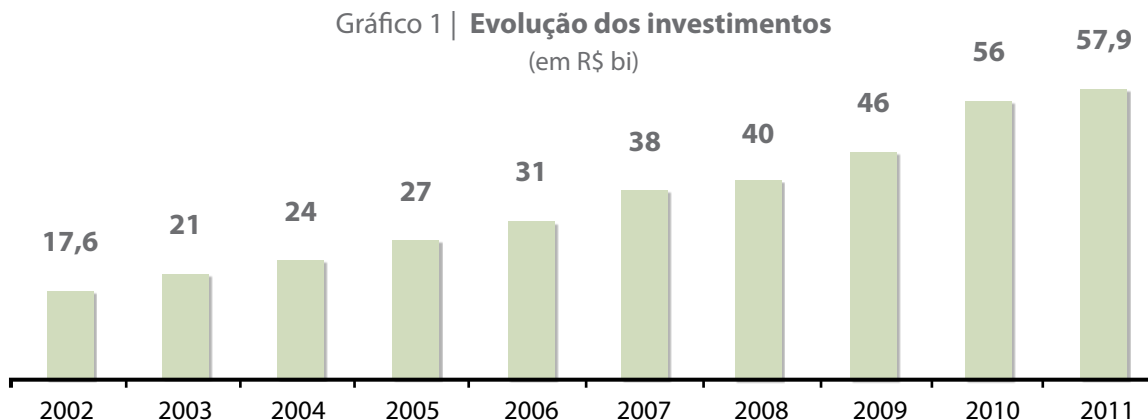
FAIXA ETÁRIA



RESULTADOS DA PETROS EM 2011

INVESTIMENTOS: EVOLUÇÃO E RENTABILIDADE

A Petros encerrou o ano de 2011 com R\$ 57,9 bilhões em investimentos. No ano, os recursos de investimentos da Petros foram ampliados em 4,14%, acumulando 26,97% de crescimento nos últimos dois anos (ver gráficos 1 e 2) e apresentaram rentabilidade de 11,76%.



GESTÃO DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

A Petros finalizou 2011 com 150.744 participantes, ou seja, com aumento de 5.925 no número de participantes ativos e 655 no número de assistidos (ver tabela 3).

Tabela 1 | **Petros: Evolução do quadro de participantes**

MÊS	PARTICIPANTES		TOTAL (C)	RELAÇÃO (A/B)
	ATIVOS	ASSISTIDOS		
DEZ/2010	89.388	54.776	144.164	163,19%
DEZ/2011	95.313	55.431	150.744	171,95%

Fonte: Gerência de Operações.

PARTICIPANTES POR PLANO

A Petros encerrou 2011 com 150.744 participantes, sendo 95.313 ativos e 55.431 assistidos. Esses números representam um crescimento de 4,56% em relação ao total de 144.164 participantes, em dezembro de 2010.

Tabela 2 | **Petros: Participantes dos Planos Petros**

Planos	2011		2010	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Total dos 6 Planos	30.134	54.814	31.157	54.209
Plano Petros do Sistema Petrobras	29.332	49.772	30.266	49.229
Empresas Privadas	802	5.042	891	4.980
Plano Petros NITRIFLEX / DSM	6	222	7	221
Plano Petros PQU	186	978	210	955
Plano Petros ULTRAFERTIL	196	1.495	224	1.468
Plano Petros COPESUL	248	657	272	635
Plano Petros LANXESS	166	1.690	178	1.701

Tabela 3 | **Participantes dos Planos de Contribuição Definida e Variável**

Plano	2011		2010	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Planos CD	11.789	51	11.448	54
Plano REPSOL YPF	228	3	195	2
Plano Cachoeira Dourada	51	6	50	6
Plano TRANSPETRO	4.240	8	4.197	8
Plano DBA	73	2	79	2
Plano CONCEPA	13	1	14	1
Plano FIEPEPREV	1.208	5	1.109	5
Plano ALESAT	857	-	766	-
Plano TERMOPREV	10	-	9	-
Plano TRIUNFO VIDA	192	21	187	21
Plano IBP	81	-	75	-
Plano PQU Previdência	334	3	332	3
Plano COPESULPREV	38	-	501	-
Plano MANGUINHOS	5	-	11	-
Plano PTAPREV	313	-	179	-
Plano PREVIFIEA	390	1	397	2
Plano PREVFIEPA	446	1	455	3
Plano TBG	281	-	282	1
Plano GasPrev	406	-	235	-
Plano Petros RG	283	-	262	-
Plano Liquigas	2.282	-	2.074	-
Plano Sulgasprev	58	-	39	-
Planos CV	42.521	204	36.646	156
Plano Misto SANASA	1.091	115	1.044	100
PLANO PETROS-2	41.430	89	35.602	56

Tabela 4 | Participantes dos Planos Instituídos

Planos Instituidores	2011		2010	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Planos Instituidos	10.869	362	10.137	357
Plano ADUANAPREV	62	-	67	-
Plano ANAPARPREV	1.562	361	1.800	356
Plano IBAPREV	266	-	210	-
Plano SIMEPREV	752	-	534	-
Plano SINMED/RJ	57	-	55	-
Plano CULTURAPREV	463	1	470	1
Plano CRAPREV	284	-	240	-
Plano CRCPREV	66	-	52	-
Plano CROPREV	613	-	496	-
Plano FENAJPREV	111	-	113	-
Plano UNIMED/BH	4.884	-	4.787	-
Plano UNIMED/BH - COOPERADO	1.175	-	1.148	-
Plano PREV-ESTAT	16	-	12	-
Plano PREVICONTAS	87	-	20	-
Plano Previtália	25	-	14	-
Plano PREVITTEL	100	-	102	-
Plano PREVTRAN	342	-	17	-
Plano ESPORTEprev	4	-	-	-

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Foram 1.741 benefícios concedidos pela Petros em 2011, distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 5 | Petros: Benefícios Concedidos

TIPO	2011	2010
APOSENTADORIA	1056	887
• PREEXISTENTE	-	-
• TEMPO SERVIÇO	933	784
• IDADE	11	4
• INVALIDEZ	95	89
• ESPECIAL	17	10
• BENEFÍCIO ESPECIAL	-	-
• ANISTIADO PARTICIPANTE	-	-
PENSÃO	644	814
• REGIME	644	814
• PREEXISTENTE	-	-
AUXÍLIOS	41	64
• RECLUSÃO	-	-
• DOENÇA	41	64
TOTAIS	1.741	1.765

Fonte:
Gerência de Operações.

Tabela 6 | **Petros: Benefícios Concedidos**

	QUANTIDADE		ACUMULADO	
	2011	2010	2011	2010
PECÚLIO POR MORTE	757	812	18.819	18.062
TOTAIS	757	812	18.819	18.062

Fonte: Gerência de Operações.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária de 2011 está apresentada na tabela 7.

Tabela 7 | **Petros: Acompanhamento do Programa Orçamentário**

ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro/ 2011			
	PREVISTO	REALIZADO	VARIÇÃO (B-A)	
	(A)	(B)	VALOR	(%)
1- RECEITAS	9.618.119.152	8.903.061.227	(715.057.924)	(7,4)
Recursos Coletados	2.248.635.553	2.679.521.062	430.885.508	19,2
Administrativas	94.989.863	106.036.274	11.046.411	11,6
Receitas Líquidas de Investimentos	7.274.493.735	6.117.503.891	(1.156.989.844)	(15,9)
2- RECURSOS UTILIZADOS	3.013.567.998	2.565.637.001	(447.930.998)	(14,9)
Aposentadorias	2.147.889.206	2.252.844.606	104.955.400	4,9
Pensões	858.910.603	265.420.416	(593.490.187)	(69,1)
Auxílios	2.703.702	6.090.477	3.386.775	125,3
Pecúlios e Poupança	4.064.487	41.281.502	33.796.054	831,5
Outros Recursos Correntes	-	-	-	N.A
3- DESPESAS ADMINISTRATIVAS	163.301.603	163.079.851	(221.751)	(0,1)
4- INVEST. EM ATIVO PERMANENTE	23.000.000	9.301.212	(13.698.788)	(59,6)

Fonte: GAF/GOR.

Elaboração: Gerência de Controle.

Demonstrativo de Investimentos Consolidado 2011

INVESTIMENTOS: EVOLUÇÃO E RENTABILIDADE

A Petros encerrou o ano de 2011 com R\$ 57,9 bilhões em investimentos. No ano, os recursos de investimentos da Petros foram ampliados em 4,14%, acumulando 26,97% de crescimento nos últimos dois anos (ver gráficos 1 e 2) e apresentaram rentabilidade de 11,76%.

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS				
VALOR DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO - TOTAL GERAL DA FUNDAÇÃO				
Segmento	Dezembro de 2010		Dezembro de 2011	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda Fixa	29.703.508.609,38	56,46%	29.302.355.333,06	50,53%
Renda Variável	20.136.657.297,72	38,28%	21.429.861.718,11	36,95%
Investimentos Estruturados	3.068.634.803,72	5,83%	3.698.699.717,57	6,38%
Investimentos Imobiliários	1.512.602.525,42	2,88%	1.894.693.552,13	3,27%
Empréstimos e Financiamentos	1.209.709.130,73	2,30%	1.563.246.486,23	2,70%
Total dos Investimentos	55.631.112.366,97	105,75%	57.888.856.807,10	99,83%
Disponível/Relacionados com o disponível	13.377.689,30	0,03%	4.287.400,96	0,01%
Valores a Pagar/Receber	(3.039.075.654,22)	-5,78%	97.017.506,69	0,17%
Total dos Recursos Garantidores	52.605.414.402,05	100,00%	57.990.161.714,75	100,00%

O valor do investimento referente à Petros Administradora está incluído no valor total dos investimentos.

Recursos Garantidores: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos.

MODALIDADES DE APLICAÇÕES CONSOLIDADAS				
Investimentos	Dezembro de 2010 - Valor		Dezembro de 2011 - Valor	
Renda Fixa	29.703.508.609,38	56,46%	29.307.633.583,08	50,54%
Fundos de Renda Fixa	12.524.907.809,67		10.034.450.542,86	
Títulos Privados	1.212.489.140,81		2.009.518.188,37	
Títulos Públicos	15.823.412.162,15		17.072.697.145,00	
Fdo de Invest. em Direitos Creditórios	142.699.496,75		185.689.456,83	
Contas a Pagar/Receber	-		5.278.250,02	
Renda Variável	17.100.700.032,90	32,51%	21.526.012.449,59	37,12%
Ações à Vista	14.086.808.974,41		13.757.189.909,44	
Fundos de Ações	5.935.327.250,56		7.451.614.150,52	
Outros Investimentos	114.521.072,75		221.057.658,15	
Contas a Pagar/Receber	(3.035.957.264,82)		96.150.731,48	
Investimentos Estruturados	3.068.634.803,72	5,83%	3.698.699.717,57	6,38%
Fundos de Participação	2.945.621.964,66		3.555.545.811,95	
Fundos Imobiliários	123.012.839,06		143.153.905,62	

Investimentos Imobiliários	1.510.331.141,38	2,87%	1.891.693.681,21	3,26%
Imóveis	1.512.602.525,42		1.894.693.552,13	
Contas a Pagar/Receber	(2.271.384,04)		(2.999.870,92)	
Empréstimos e Financiamentos	1.208.862.125,37	2,30%	1.561.834.882,34	2,69%
Empréstimos e Financiamentos	1.209.709.130,73		1.563.246.486,23	
Contas a Pagar/Receber	(847.005,36)		(1.411.603,89)	
Disponível/Relacionados com o disponível	13.377.689,30	0,03%	4.287.400,96	0,01%
Total	52.605.414.402,05	100,00%	57.990.161.714,75	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	Valor	Percentual
Andrade Gutierrez - Angra Partners Gestão de Informações e Investimentos LTDA	155.877.820,67	0,73%
Angra Partners Gestão de Recursos e Assessoria Financeira Ltda	315.301.201,82	1,48%
Banco Brascan S.A.	83.292.581,53	0,39%
Banco do Brasil DTVM	340.599.210,66	1,59%
Banco Itaú S.A.	21.402.848,90	0,10%
Banco J. Safra S.A.	1.219.601.865,31	5,71%
Banco Paulista S/A.	14.523.671,87	0,07%
Banco Santander (Brasil) S.A.	334.977.065,36	1,57%
BCSUL Verax Serviços Financeiros LTDA	95.683.824,02	0,45%
BNP Paribas Asset Management Brasil LTDA	290.669.576,57	1,36%
BNY Mellon Arx Investimentos LTDA	5.469.047.770,40	25,59%
BNY Mellon Gestão de Patrimônio LTDA	944.433.901,40	4,42%
BNY MELLON Administração de Ativos LTDA	44.122.931,99	0,21%
BR Educacional Gestora de Recursos S.A.	145.686.158,70	0,68%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	4.588.598.177,69	21,47%
BRL Trust Serviços Fiduciários e Participações LTDA	86.405.897,78	0,40%
BRZ Administração de Recursos S.A.	12.080.249,15	0,06%
BRZ Investimentos LTDA	259.898.184,40	1,22%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	797.629.361,26	3,73%
BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda	377.141.644,52	1,76%
Caixa Econômica Federal	333.138.718,50	1,56%
Claritas Administração de Recursos Ltda.	287.894.444,28	1,35%
Credit Suisse (Brasil) DTVM S.A.	46.038.407,17	0,22%
CRP Companhia de Participações	55.348.754,31	0,26%
Darby Stratus Administração de Investimentos LTDA	34.956.887,02	0,16%
DGF Gestão de Fundos LTDA	50.561.679,71	0,24%

Distribuidora Pine de Títulos e Valores Mobiliários LTDA	82.935.331,22	0,39%
Fator Administração de Recursos LTDA	45.274.912,55	0,21%
FIR Capital Partners LTDA	12.634.708,98	0,06%
GAP Prudential LT Gestão de Recursos LTDA	363.527.950,18	1,70%
GF Gestão de Recursos S.A.	286.137.195,04	1,34%
Global Capital 2000 Adm de Recursos Financeiros S.A.	46.015.695,96	0,22%
Global Equity Administradora de Recursos S.A.	108.550.173,43	0,51%
Globalbank Asset Management LTDA	101.366.344,57	0,47%
Governança e Gestão Investimentos LTDA	54.592.693,70	0,26%
GP Investimentos Imobiliários S.A.	3.599.735,03	0,02%
Investidor Profissional Gestão de Recursos LTDA	381.528.181,21	1,79%
Jardim Botânico Partners Investimentos LTDA	15.257.363,41	0,07%
Kondor Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda.	275.900.475,33	1,29%
Latour Capital do Brasil LTDA/BRZ Investimentos LTDA	6.788.912,58	0,03%
Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.	13.875.272,14	0,06%
Mapfre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	270.429.207,23	1,27%
Máxima Asset Management S.A.	30.365.648,18	0,14%
Mercatto Gestão de Recursos LTDA	198.992.015,33	0,93%
Meta Asset Management LTDA	37.622.148,58	0,18%
Modal Administradora de Recursos S.A.	35.374.866,96	0,17%
Modal Asset Management LTDA	3.872.915,63	0,02%
Nobel Gestão de Recursos LTDA	68.805.876,89	0,32%
Panamericano DTVM S.A.	78.233.446,58	0,37%
Polo Capital II Internacional Gestão de Recursos LTDA	23.169.653,98	0,11%
Quest Investimentos Ltda.	289.144.661,43	1,35%
RB Capital Investimentos LTDA	47.264.997,73	0,22%
Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM	68.413.262,00	0,32%
Rio Bravo Venture Partners LTDA	5.755.422,25	0,03%
Santander Brasil Asset Management DTVM LTDA	792.631.791,24	3,71%
SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A.	37.136.140,72	0,17%
Stratus Gestão de Carteiras LTDA	7.540.731,46	0,04%
Unitas DTVM LTDA	6.098.928,81	0,03%
Victoire Brasil Administração de Recursos LTDA	275.801.373,76	1,29%
Vitória Asset Management S.A.	525.693.212,38	2,46%
Votorantim Asset Management DTVM LTDA	365.209.790,51	1,71%
Total	21.370.453.871,97	100,00%

RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS

Plano de Benefício / Segmentos	Rentabilidade de 2011	Política de Investimentos
	%	Benchmarks
Renda Fixa	14,78%	CDI / CDI + 0,5% a.a. / CDI + 2,0% a.a. / IMA-B 5 ³ / IMA-B 5 ³ + 0,5% a.a. / IMA-B 5 ³ + 2,0% a.a. / Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.)
Renda Variável	6,25%	IBX-50 / IMA-B ² + 2,0% a.a./ IMA-B ² + 2,5% a.a.
Investimentos Estruturados	8,96%	IMA-B ² + 0,5% a.a. / IMA-B ² + 2,0% a.a. / IMA-B ² + 2,5% a.a.
Imóveis	26,52%	IMA-B ² + 0,5% a.a.
Empréstimos e Financiamentos	15,48%	Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.) / 100% CDI / INPC + 6% a.a.
Investimento Consolidado	11,76%	

Índice	Varição (%)
CDI	11,60%
IPCA	6,50%
IMA-B	15,11%
IBX-50	-14,07%
META ATUARIAL (IPCA + 6% a.a.)	12,89%

IMA-B²: Índice de Mercado ANDIMA composto por títulos públicos federais atrelados ao IPCA;

IMA-B 5³: Índice de Mercado ANDIMA composto por todas as NTN-Bs disponíveis no mercado com prazo até 5 anos.

INVESTIMENTO CONSOLIDADO

SEGMENTO RENDA VARIÁVEL

Grupo	Valor	% s/Segmento
Mercado à Vista	13.750.949.689,93	63,88%
Financiamento de Projetos	227.297.877,66	1,06%
Fundos de Renda Variável	7.451.614.150,52	34,62%
Total	21.429.861.718,11	

Valores a Pagar/Receber

Valores a Pagar	(17.782.669,11)	-0,08%
Valores a Receber	113.933.400,59	0,53%
Total	96.150.731,48	

Total Segmento Renda Variável	21.526.012.449,59	100,00%
--------------------------------------	--------------------------	----------------

SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Fundos de Investimentos

Grupos	Valor de Mercado	% s/Segmento
Fundos Private Equity	3.458.740.767,27	93,51%
Fundos Venture Capital	96.805.044,68	2,62%
Fundos Imobiliários	143.153.905,62	3,87%
Total	3.698.699.717,57	

Valores a Pagar/Receber

Valores a Pagar	-	0,00%
Valores a Receber	-	0,00%
Total	-	

Total Segmento Investimentos Estruturado	3.698.699.717,57	100,00%
---	-------------------------	----------------

SEGMENTO DE RENDA FIXA

Títulos Públicos - Carteira Própria

Grupo	Valor	% s/Segmento
Títulos Públicos - Carteira própria	17.072.697.145,00	58,24%
Títulos Privados - Carteira própria	2.009.518.188,37	6,86%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Carteira Própria	185.689.456,83	0,63%
Fundos de Renda Fixa	10.034.450.542,86	34,23%
Total	29.302.355.333,06	

Provisão para Perda

Grupo	Valor de Mercado	% s/Segmento
FIF	2.159.797,97	
Debêntures	18.156.498,10	
CDB	1.329.356,95	
CRI	66.718.636,50	
CCB	4.863.829,06	
CCCB	8.180.612,32	
Total	101.408.730,90	

Valores a Pagar/Receber		
Contas a Pagar/Receber	5.284.095,55	0,02%
Disponível/Relacionados com o disponível	4.255.226,85	0,01%
Total	9.539.322,40	

Total Segmento Renda Fixa	29.311.894.655,46	100,00%
----------------------------------	--------------------------	----------------

SEGMENTO IMÓVEIS		
Grupo	Valor de Mercado	% s/Segmento
Imóveis	1.894.693.552,13	100,16%
Outros Investimentos	-	0,00%
Provisão para Perda	-	0,00%
Total Segmento Imóveis	1.894.693.552,13	

Valores a Pagar/Receber		
Valores a Pagar	(2.999.870,92)	-0,16%
Valores a Receber	-	0,00%
Total	(2.999.870,92)	

Total Segmento Imóveis	1.891.693.681,21	100,00%
-------------------------------	-------------------------	----------------

SEGMENTO EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos			
Indexador	Atrasados	Não Atrasados	% s/Segmento
IPCA	-	1.559.571.698,57	99,86%
PRÉ-FIXADO	-	1.124.771,50	0,07%
CDI	-	7.195.922,07	0,46%
INPC	-	390.898,36	0,03%
Provisão para perda	(5.247.048,65)	-	-0,34%
IOF a compensar	-	210.244,38	0,01%

Financiamentos			
Indexador	Atrasados	Não Atrasados	% s/Segmento
-	-	-	0,00%

Valores a Pagar/Receber		
Valores a Pagar	(1.411.603,89)	-0,09%
Valores a Receber	-	0,00%
Total	(1.411.603,89)	-0,09%
Total Segmento Empréstimos	1.561.834.882,34	100,00%

RESPONSÁVEIS			
Nome	Tipo	Telefone	e-mail
RSM BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI AUDITORES INDEPENDENTES S/S	Auditoria	(21) 2223-2433	nishioka@boucinhas.com.br
LUIS CARLOS AFONSO	Administrador Qualificado (AETQ)	(21) 2506-0588	lcafonso@petros.com.br

DESENQUADRAMENTOS E INOBSERVÂNCIAS À RESOLUÇÃO CMN nº 3792/09
-
JUSTIFICATIVAS PARA OS DESENQUADRAMENTOS E INOBSERVÂNCIAS À RESOLUÇÃO CMN nº 3792/09
-

Demonstrativo de Custos com a Administração de Recursos Dez/11

CUSTOS	1º SEMESTRE 2011	2º SEMESTRE 2011	Ano 2011
Gestão Interna	23.062.121,59	15.704.225,83	38.766.347,42
Pessoal / Encargos	8.276.542,78	7.193.112,61	15.469.655,39
Consultorias	1.961.532,48	338.386,94	2.299.919,42
Auditorias	-	-	-
Sistemas de Risco	72.000,00	72.000,00	144.000,00
Custódia	240.525,96	214.305,23	454.831,19
Taxa Cetip/Andima	140.043,13	202.124,58	342.167,71
Taxa Selic	237.270,71	179.760,64	417.031,35
Taxas de Bolsa (BM&F, CVM, CBLC)	67.946,93	75.809,44	143.756,37
Despesas Bancárias	-	-	-
Corretagens	3.097.369,96	2.522.985,60	5.620.355,56
Carteira de Imóveis	393.284,32	383.838,16	777.122,48
Despesas Gerais ⁽¹⁾	8.574.741,18	4.521.740,39	13.096.481,57
Outras Despesas ⁽²⁾	864,14	162,24	1.026,38
Gestão Externa	38.244.549,07	43.293.218,58	81.537.767,65
Taxa de Administração	15.858.178,93	13.119.143,50	28.977.322,43
Taxa de Gestão	17.520.086,65	25.601.789,65	43.121.876,30
Taxa de Performance	607.061,92	-	607.061,92
Custódia	552.097,99	532.371,00	1.084.468,99
Taxa Cetip	468.031,37	469.990,70	938.022,08
Taxa Selic	138.341,79	156.029,28	294.371,07
Taxa ANBID/ANBIMA	68.009,07	72.029,66	140.038,73
Taxas de Bolsa (BM&F, CVM, CBLC)	1.019.181,70	1.009.652,23	2.028.833,94
Despesas Bancárias (CPMF, IOF, Taxas)	23.414,25	5.820,91	29.235,16
Auditorias	270.662,33	323.275,88	593.938,21
Corretagens	502.238,16	580.594,23	1.082.832,39
Consultoria	113.853,65	201.721,08	315.574,74
Outras Despesas ⁽²⁾	1.103.391,25	1.220.800,45	2.324.191,70
TOTAL	61.306.670,66	58.997.444,41	120.304.115,08

Observação:

(1) Na rubrica Despesas Gerais tivemos gastos da Gerência de Participações Imobiliárias tais como: Serviços de Despachantes, Lavratura de Escritura, Impostos, Taxa de Intermediação e Despesas de Certidões.

(2) Na rubrica Outras Despesas estão incluídos gastos com Despesas Advocatícias, Impostos, Despesas de Cartório, Correio e outras despesas não contempladas em rubricas anteriores.

Fonte: Setor de Monitoramento de Investimentos da Gerência de Administração Financeira

Parecer dos Auditores Independentes

Boucinhas, Campos & Conti
Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos participantes e às patrocinadoras da
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

1. Examinamos as Demonstrações Contábeis da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Ênfase

Expurgos inflacionários relacionados às OFNDs reconhecidos judicialmente

7. Conforme mencionado na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros não registrou o êxito da demanda judicial ajuizada pela ABRAPP em nome de suas afiliadas, do processo que transitou em julgado e cuja decisão reconheceu que as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) devem ser corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC ao invés do Bônus do Tesouro Nacional – BTN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

8. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação referentes às demonstrações contábeis consolidadas, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório datado de 17 de março de 2011 e não conteve modificações. A nossa opinião, naquela data, não abrangeu as demonstrações contábeis individuais por plano de benefício da Entidade.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2012.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ



Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em R\$ mil)

ATIVO	Dez	Dez	Δ %
	2011	2010	Dez 2011/Dez 2010
DISPONÍVEL	4359	13459	-68%
REALIZÁVEL	65.122.403	62.150.280	5%
Gestão Previdencial	6.925.274	6.451.086 *	7%
Gestão Administrativa	189.030	13.180 *	1334%
Investimentos	58.008.099	55.686.014	4%
Títulos Públicos	17.072.697	16.198.925	5%
Créditos Privados e Depósitos	2.089.885	1.286.591	62%
Ações	14.017.124	14.159.721	-1%
Fundos de Investimentos	21.370.453	21.296.047	0%
Investimentos Imobiliários	1.894.694	1.512.603	25%
Empréstimos	1.563.246	1.209.709	29%
Outros Realizáveis	-	22.418	-
PERMANENTE	100.376	73.011	37%
Imobilizado	43.472	21.872	99%
Intangível	56.904	-	-
Diferido	-	51.139	-
TOTAL DO ATIVO	65.227.138	62.236.750	5%

(*) Os valores foram reclassificados para fins de comparabilidade, em atendimento à Instrução Normativa PREVIC nº 05,08 de setembro de 2011.

Continua na próxima página.

Continuação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em R\$ mil).

PASSIVO	Dez	Dez	Δ %
	2011	2010	Dez 2011/Dez 2010
<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>	<u>382.178</u>	<u>3.256.662</u>	<u>-88%</u>
Gestão Previdencial	333.334	148.662	124%
Gestão Administrativa	26.548	13.942	90%
Investimentos	22.296	3.094.058	-99%
<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	<u>1.464.963</u>	<u>1.025.020</u>	<u>43%</u>
Gestão Previdencial	1.277.562	1.017.721 *	26%
Gestão Administrativa	187.401	7.299 *	2467%
<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>63.379.997</u>	<u>57.955.068</u>	<u>9%</u>
Patrimônio de Cobertura do Plano	61.954.680	56.213.678	10%
Provisões Matemáticas	57.944.360	52.335.498	11%
Benefícios Concedidos	27.255.978	24.890.634	10%
Benefícios a Conceder	30.690.082	27.450.652 *	12%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.700)	(5.788)	-71%
Equilíbrio Técnico	4.010.320	3.878.180	3%
Resultados Realizados	3.524.738	3.396.748	4%
Superavit Técnico Acumulado	3.524.738	3.396.748	4%
Resultados a Realizar	485.582	481.432	1%
Fundos	1.425.317	1.741.390	-18%
Fundos Previdenciais	303.843	511.770 *	-41%
Fundos Administrativos	1.064.346	1.175.298	-9%
Fundos dos Investimentos	57.128	54.322	5%
TOTAL DO PASSIVO	65.227.138	62.236.750	5%

(*) Os valores foram reclassificados para fins de comparabilidade, em atendimento à Instrução Normativa PREVIC nº 05,08 de setembro de 2011.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (em R\$ mil)

Descrição	Dez 2011	Dez 2010	Δ % Dez 2011/Dez 2010
(A) Patrimônio Social - Início do exercício	57.473.636	50.054.645	15%
1. Adições	8.826.147	10.172.304	-13%
(+) Contribuições	2.602.627	2.538.781	3%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.988.109	7.425.005	-19%
(+) Receitas Administrativas	106.036	90.009	18%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	126.569	109.218	16%
(+) Constituição de Fundos de Investimento	2.806	9.291	-70%
2. Destinações	(3.405.368)	(2.753.313)	24%
(-) Benefícios	(2.796.806)	(2.398.540)	17%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(265.005)	(214.407)	24%
(-) Despesas Administrativas	(163.080)	(140.342)	16%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(180.477)	(24)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	5.420.779	7.418.991	-27%
(+/-) Provisões Matemáticas	5.394.421	4.572.510	18%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	127.990	2.490.163	-95%
(+/-) Fundos Previdenciais	6.513	288.166	-98%
(+/-) Fundos Administrativos	(110.951)	58.861	-288%
(+/-) Fundos dos Investimentos	2.806	9.291	-70%
(B) Patrimônio Social - Final do exercício (A + 3)	62.894.415	57.473.636	9%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (em R\$ mil)

Descrição	Dez 2011	Dez 2010	Δ % Dez 2011/Dez 2010
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.175.298	1.116.437	5%
1. Custeio da Gestão Administrativa	232.605	199.227	17%
1.1. Receitas	232.605	199.227	17%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	76.894	73.044	5%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	6.665	7.362	-9%
Receitas Diretas	22.476	7.845	187%
Resultado Positivo dos Investimentos	126.569	109.218	16%
Outras Receitas	1	1.758	-100%
2. Despesas Administrativas	(343.557)	(140.366)	145%
2.1. Administração Previdencial	(151.336)	(114.905)	32%
Pessoal e encargos	(79.791)	(55.891)	43%
Treinamentos/congressos e seminários	(439)	(707)	-38%
Viagens e estadias	(1.769)	(1.511)	17%
Serviços de terceiros	(40.421)	(31.314)	29%
Despesas gerais	(16.567)	(21.932)	-24%
Depreciações e amortizações	(5.724)	(3.484)	64%
Contingências	(4.019)	(24)	16646%
Outras Despesas	(2.606)	(42)	6105%
2.2. Administração dos Investimentos	(192.221)	(23.714)	711%
Pessoal e encargos	(11.063)	(12.179)	-9%
Treinamentos/congressos e seminários	(158)	(70)	126%
Viagens e estadias	(404)	(271)	49%
Serviços de terceiros	(1.392)	(1.581)	-12%
Despesas gerais	(2.743)	(9.613)	-71%
Contingências	(176.458)	-	-100%
Outras Despesas	(3)	-	-100%
2.4 - Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	(1.747)	100%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(110.952)	58.861	-288%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(110.952)	58.861	-288%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	1.064.346	1.175.298	-9%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A PETROS, constituída pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em 1969, é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, tem por objetivos primordiais:

- (i) instituir, administrar e executar planos de benefícios das empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão;
- (ii) prestar serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária; e
- (iii) promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne à previdência.

Para a consecução de seus objetivos, a PETROS obtém recursos de contribuições das empresas patrocinadoras e dos participantes e assistidos, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimentos.

NOTA 2 - PLANOS DE BENEFÍCIOS

(a) Plano Petros

O Plano Petros foi instituído pela Petrobras em julho de 1970, sendo classificado na modalidade de “benefício definido”, que assegura aos participantes uma suplementação do benefício concedido pela Previdência Social. Em 31 de maio de 2001, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou um critério de rateio do patrimônio do Plano Petros, para fins de implementação do processo de separação das massas de participantes, por plano de benefício das empresas patrocinadoras deste Plano.

Em 9 de agosto de 2002, o Conselho de Administração da Petrobras determinou à Diretoria Executiva que solicitasse a Petros o fechamento definitivo do Plano Petros do Sistema Petrobras, tendo a Fundação encaminhado, em 30 de outubro de 2002, à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, a documentação requerida para a concretização do fechamento do referido plano.

Em 18 de dezembro de 2003, a SPC por meio do Ofício nº 2.086 DEPAT/SPC, aprovou o processo de separação das massas do Plano Petros.

O Plano Petros transformou-se nos seguintes planos:

Plano Petros Sistema Petrobras, com as seguintes patrocinadoras: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petrobras Química S.A. (Petroquisa), Refinaria Alberto Pasqualine S.A. (Refap) e Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.

Plano Petros Ultrafertil - patrocinadora: Ultrafertil S.A.

Plano Petros Trikem – patrocinadora Trikem S.A., posteriormente incorporada pela Braskem.

Plano Petros Braskem - patrocinadora: Braskem S.A. A Patrocinadora Braskem requereu retirada de patrocínio do Plano Petros Braskem a partir de 30 de junho de 2005, tendo o processo aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, conforme Despacho da Diretoria nº 48, de 29 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2009. O Plano Petros Braskem encontra-se em processo de extinção.

Plano Petros Copesul - patrocinadora: Braskem S.A. A Patrocinadora Companhia Petroquímica do Sul – Copesul foi incorporada pela Ipiranga Petroquímica S.A., em 11 de setembro de 2008, e esta foi incorporada pela Braskem S.A. em 30 de setembro de 2008. A Braskem solicitou retirada de patrocínio, conforme carta de 29 de julho de 2010 e suspendeu as contribuições dos participantes e da patrocinadora ao Plano, a partir da competência agosto de 2010. Todavia, por força de decisões judiciais, as contribuições foram regularizadas e mantidas até a competência de novembro de 2010. A partir de então, com a suspensão das decisões judiciais, a patrocinadora suspendeu as contribuições ao Plano e manteve a data base de retirada em 31 de julho de 2010, tendo sido o processo encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 16 de maio de 2011.

Plano Petros Lanxess - patrocinadora: Lanxess Elastômeros do Brasil S.A. A patrocinadora Petroflex - Indústria e Comércio S.A. foi adquirida pelo Grupo Lanxess, resultando na alteração da razão social daquela empresa, a partir de 15 de janeiro de 2009, para Lanxess Elastômeros do Brasil S.A. Em 14 de dezembro de 2009, a Secretaria de Previdência Complementar publicou no DOU a Portaria nº 3.224, de 11 de dezembro de 2009, aprovando a alteração do nome do Plano Petros Petroflex para Plano Petros Lanxess.

Plano Petros PQU - patrocinadora: Quattor Participações S.A. A Patrocinadora Petroquímica União S.A.- PQU teve sua denominação alterada para Quattor Químicos Básicos S.A. em 23 de janeiro de 2009. A Quattor Químicos Básicos S.A. foi incorporada pela Polietilenos União S.A., em 30 de junho de 2009, e esta teve sua denominação alterada para Quattor Química S.A., que em 01 de setembro de 2010

foi incorporada pela Quattor Participações S.A. A Patrocinadora Quattor Química S.A. requereu a retirada de patrocínio do Plano Petros PQU, a partir de 30 de setembro de 2009, onde foram suspensas as contribuições dos participantes e da patrocinadora do Plano, tendo sido o processo encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 05 de maio de 2011.

Plano Petros Nitriflex /DSM - patrocinadoras: Nitriflex S.A. - Indústria e Comércio e DSM - Elastômeros Brasil S.A.

(b) Plano Petros-2

Em 22 de junho de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar - SPC, por meio do Ofício nº 1.946/SPC/DETEC/CGAF, aprovou o Plano Petros-2, conforme Portaria nº 1.238, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2007. O Plano Petros-2 é um plano do tipo "Contribuição Variável", tendo em vista que o benefício programável por ele assegurado reúne características dos tipos "Contribuição Definida", na fase de acumulação das contribuições, e de "Benefício Definido", na determinação do Valor Assegurado e na fase de percepção do benefício, conforme previsto na legislação vigente.

O Plano Petros-2 iniciou com as seguintes Patrocinadoras:

- Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras;
- Petrobras Distribuidora S/A - BR;
- Petrobras Química S/A - Petroquisa;
- Refinaria Alberto Pasqualini S/A – Refap;
- Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS.

Posteriormente, foram aprovadas as seguintes adesões ao Plano:

- Fafen Energia S.A - publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.433, de 30 de julho de 2008.
- Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. e da Ipiranga Asfaltos S.A. - publicação no DOU da Portaria nº 2.438, de 04 de agosto de 2008. A patrocinadora Alvo teve o seu processo de incorporação pela Petrobras Distribuidora S/A – BR, concluído em 31 de outubro de 2009.
- TermoRio S/A - publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 3.103, de 21 de outubro de 2009.
- Termo Ceará S/A - publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 3.137, de 05 de novembro de 2009.
- Termomacaé Ltda., Termelétrica Juiz de Fora S.A. e Termobahia S.A - publicação no Diário Oficial da União de 04 de fevereiro de 2010.
- Sociedade Brasileira de Energia – publicação no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2011.
- Transporte Brasileiro S.A – Transpetro – publicação no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2011, com vigência a partir de 01 de dezembro de 2011.
- Termo açu S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2011.
- Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia – Brasil S.A. - TBG – publicação no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2011, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2012.

(c) Outros Planos de Contribuição Definida e Contribuição Variável

A PETROS também administra os seguintes planos, já aprovados pelo órgão competente:

Plano Repsol, de contribuição definida, aprovado em 27 de setembro de 1999 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 671/SPC/COJ, destinado aos empregados e dirigentes da Repsol YPF Brasil S.A. e demais empresas do grupo. O nome do plano foi alterado conforme Portaria nº 490, de 01 de julho de 2010, publicada no DOU, de 05 de julho de 2010.

Além da Repsol YPF Brasil S.A., são patrocinadoras deste plano:

- ALE Combustíveis S.A. - aprovação da adesão da Repsol YPF Distribuidora S.A. pela SPC, em 21 de novembro de 2000, que teve sua denominação social alterada em 19 de dezembro de 2008 para ALE Combustíveis S.A., em decorrência da sua aquisição pela ALESAT Combustíveis S.A. Esta patrocinadora requereu a retirada de patrocínio, fixando como data base o dia 01 de agosto de 2009. O processo de retirada foi encaminhado a PREVIC em 20 de maio de 2010.
- Repsol Gás Brasil S/A - aprovação da SPC por meio do Ofício nº 584/SPC/DETEC/CGAT, em 23 de fevereiro de 2006.
- Repsol Importadora de Produtos Ltda – aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 695, de 13 de setembro de 2010.

Plano DBA, de contribuição definida, aprovado em 31 de agosto de 2000 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 2.262/SPC/COJ, destinado aos empregados da DBA Engenharia de Sistemas Ltda.

Plano Cachoeira Dourada, de contribuição definida, aprovado em 03 de agosto de 2000 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 2.375, destinado aos empregados da Cachoeira Dourada S.A.

Plano TRANSPETRO, de contribuição definida, aprovado em 25 de outubro de 2000 pela SPC por meio do Ofício nº 3.110/SPC/COJ,

destinado aos empregados da Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO. Em 03 de agosto de 2010, a Transpetro comunicou a Petros a decisão de retirar o patrocínio do Plano Transpetro, concomitantemente com a adesão ao Plano Petros-2, e fixou a data base de retirada o último dia do mês subsequente ao da homologação do processo pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e imediatamente anterior ao início das inscrições dos empregados no Plano Petros-2, de forma a manter todas as operações do Plano Transpetro (novas inscrições, recolhimento de contribuições, opção pelos Institutos e concessão de benefícios), até a referida data base da retirada de patrocínio.

O processo de Retirada de Patrocínio do Plano Transpetro foi homologado pela PREVIC, conforme Portaria nº 595, de 13/10/2011, publicada no DOU em 14/10/2011, com data-base de retirada de patrocínio fixada em 30/11/2011.

Plano CONCEPA, de contribuição definida, aprovado em 23 de janeiro de 2001 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 161/SPC/COJ, destinado aos empregados da Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa.

A adesão da Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ao Plano CONCEPA, foi aprovada pela SPC, com vigência a partir de 01 de outubro de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.543, de 30 de setembro de 2008.

Plano TRIUNFO VIDA, de contribuição definida, aprovado em 24 de maio de 2002 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 960/SPC/CGAJ, destinado aos empregados da Petroquímica Triunfo S.A. A Braskem incorporadora da Petroquímica Triunfo S.A, solicitou retirada de patrocínio a partir da data base de 31 de maio de 2010, conforme carta de 28 de maio de 2010 e suspendeu as contribuições dos participantes e da patrocinadora ao Plano a partir da competência junho de 2010, tendo sido o processo encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 16 de maio de 2011.

Plano ALESAT, de contribuição definida, aprovado em 25 de março de 2002 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 434/SPC/CGAJ, inicialmente denominado Plano SAT, destinado aos empregados das patrocinadoras Satélite Distribuidora de Petróleo S.A. e Petromarketing Consultoria S.C. Em 11 de novembro de 2002, a SPC, por meio do Ofício nº 1.900/SPC/GAB/COA, aprovou a adesão da Caraú Transporte e Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., ao Plano SAT.

A adesão da ALE Combustíveis S.A., ao Plano SAT, foi aprovada pela SPC, com vigência a partir de 02 de maio de 2007, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 1.050, de 30 de abril de 2007.

Conforme Ofício nº 2427/CGTR/DITEC/PREVIC, de 05 de agosto de 2010 e Despacho Nº 20, de 05 de agosto de 2010, publicado no DOU de 09 de agosto de 2010, foi homologado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC o Termo de Retirada das Patrocinadoras Petromarketing e Caraú do Plano ALESAT.

Plano IBP, de contribuição definida, aprovado em 06 de novembro de 2002 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 1.884/SPC/CAB/COA, destinado aos empregados do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP, atualmente denominado Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP.

Plano PQU Previdência, de contribuição definida, aprovado em 22 de maio de 2003 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 594/DAJUR/CGAJ, destinado aos empregados da Petroquímica União S.A. – PQU. Esta Patrocinadora teve sua denominação alterada para Quattor Químicos Básicos S.A. em 23 de janeiro de 2009. A Quattor Químicos Básicos S.A. foi incorporada pela Polietilenos União S.A., em 30 de junho de 2009, e esta teve sua denominação alterada para Quattor Química S.A.

A Patrocinadora Quattor Química S.A. requereu a retirada de patrocínio do Plano Petros PQU, a partir de 30 de setembro de 2009, data a partir da qual foram suspensas as contribuições dos participantes e da patrocinadora ao Plano, tendo sido o processo encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 05 de maio de 2011.

Em 01 de setembro de 2010, a Quattor Química S.A. foi incorporada pela Quattor Participações S.A., tornando-se a sucessora legal da Quattor Química S.A.

Plano SIMEPREV, de contribuição definida, aprovado em 20 de abril de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 683/SPC/CGPE, inicialmente denominado Plano SIMEESP, destinado aos médicos associados ao Sindicato dos Médicos de São Paulo - SIMEESP. Em 18 de agosto de 2004 a SPC, por meio do Ofício nº 1.597/SPC/CGPE aprovou a adesão do Sindicato dos Médicos do Estado do Pará – SIMEPAR e o plano passou a denominar-se Plano SIMEESP-SIMEPAR. Em 15 de agosto de 2005, a SPC, por meio do Ofício nº 835/SPC/DETEC/CGAT aprovou a adesão do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio Grande do Norte – SinMed/RN; do Sindicato dos Médicos do Estado do Pará – SindMepa e do Sindicato dos Médicos de Pernambuco – Simepe e o plano passou a se chamar SIMEPREV, ficando destinado a todos os médicos associados dos Instituidores do Plano SIMEPREV.

Plano Copesulprev, de contribuição definida, aprovado em 26 de maio de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 938/DEPAT/SPC, destinado aos empregados da Companhia Petroquímica do Sul – Copesul.

A Companhia Petroquímica do Sul requereu a Petros o fechamento do Plano Copesulprev ao ingresso de novos Participantes, a partir de

01 de setembro de 2008, tendo sido aprovada pela SPC a alteração do Regulamento do Plano para contemplar o referido fechamento, conforme Portaria nº 2.619, de 21 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2008. A Companhia Petroquímica do Sul – Copesul foi incorporada pela Ipiranga Petroquímica S.A., em 11 de setembro de 2008, e esta foi incorporada pela Braskem S.A. em 30 de setembro de 2008.

A Braskem S.A. requereu a retirada de patrocínio do Plano COPESUL PREV, a partir de 31 de agosto de 2009, data a partir da qual foram suspensas as contribuições dos participantes e da patrocinadora do Plano. A retirada de patrocínio foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e publicada no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2011.

Plano IBAPrev, de contribuição definida, aprovado em 23 de setembro de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 1871/SPC/CGPE, destinado aos associados do Instituto Brasileiro de Atuária.

Plano Culturaprev, de contribuição definida, aprovado em 19 de outubro de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 2.099/GAB/SPC, destinado aos associados dos seguintes instituidores:

- ASSAIM – Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais Cooperativa Paulista de Teatro
- SATED/CE – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Ceará
- SATED/PE – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Pernambuco
- SATED/SE – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Sergipe
- SINDMUSI – Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro

Em 14 de julho de 2005 a SPC por meio do Ofício nº 430/SPC/DETEC/CGAT aprovou a adesão do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado do Rio de Janeiro - SATED/RJ e do Sindicato dos Artistas Plásticos do Estado de São Paulo – SINAPESP ao Plano CULTURAPREV.

Em 30 de outubro de 2006, a SPC por meio do Ofício nº 3.704/SPC/DETEC/CGAT aprovou a adesão do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia – Sindimúsicos/BA e a Associação Brasileira de Museologia – ABM ao Plano CULTURAPREV.

Em 27 de maio de 2009, a SPC publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 2.927, de 26 de maio de 2009, que aprovou a adesão dos seguintes instituidores ao Plano CULTURAPREV:

- Associação Brasileira de Roteiristas Profissionais de Televisão e Outros Veículos de Comunicação – AR;
- Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos do Rio Grande do Sul e
- Brasileira de Documentaristas – APTC-ABD/RS;
- Conselho Regional de Mato Grosso da Ordem dos Músicos do Brasil;
- Instituto Amazônia Imaginária;
- Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado da Bahia – SATED/BA;
- Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul – SATED/RS;
- Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo - SATED/SP;
- Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual – STIC.

Em 16 de fevereiro de 2011, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC publicou no Diário Oficial da União as Portarias nº 66 a 72, aprovando, respectivamente, as adesões dos seguintes instituidores ao Plano CULTURAPREV:

- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiofusão, Cabodifusão, DISTV, MMDS, TV a cabo, TV por Assinatura, Similares do Estado do Rio de Janeiro e Sindicato dos Radialistas – RJ;
- ABPA-Associação Brasileira de profissionais de Áudio – ABPÁudio;
- Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de Pernambuco – SINDIMUPE;
- Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado do Rio de Janeiro – SPDRJ;
- Associação Profissional dos Trabalhadores no Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Nacional – ASPHAN;
- União Brasileira de Escritores – UBE;
- Associação dos Servidores do Ministério da Cultura – ASMINC.

Plano Misto SANASA, de contribuição definida, para os benefícios programados e de benefício definido para os benefícios de risco, aprovado em 21 de dezembro de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, por meio do Ofício nº 2.517/GAB/SPC destinado aos empregados da Sanasa – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A - Sanasa.

Plano SinMed/RJ, de contribuição definida, aprovado em 04 de janeiro de 2005 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 020/SPC/CGPE, destinado aos associados do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro.

Plano CROprev, de contribuição definida, aprovado em 02 de março de 2005 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 476/SPC/CGPE, destinado aos profissionais pertencentes ao Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro.

Em 18 de outubro de 2005 a SPC por meio do Ofício nº 1.532/SPC/DETEC/CGAT, aprovou a adesão do Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte – CRO/RN ao Plano CROPREV.

Em 14 de novembro de 2006, por meio do Ofício nº 3.819/SPC/DETEC/CGAF, aprovou a adesão do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco – CRO/PE ao Plano CROPREV.

Em 19 de agosto de 2008, a SPC aprovou a adesão do Conselho Regional de Odontologia do Paraná – CRO/PR ao Plano CROPREV, com publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.470, de 18 de agosto de 2008.

Em 27 de novembro de 2008, a SPC aprovou a adesão do Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul – CRO/RS ao Plano CROPREV, com publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.628, de 26 de novembro de 2008.

Em 05 de abril de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC publicou no DOU as Portarias nº 207, nº 208, nº 209 e nº 210, de 01 de abril de 2010, aprovando as adesões do Conselho Regional de Odontologia do Amazonas – CRO/AM, do Conselho Regional de Odontologia do Ceará – CRO/CE, da Associação Brasileira de Odontologia do Paraná – ABO/PR e do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal – CRO/DF, na condição de Instituidores do Plano CROPREV.

Plano Manguinhos, de contribuição definida, aprovado em 26 de abril de 2005 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC por meio do Ofício nº 177/PREVIC/DITEC/CGAT, destinado aos empregados da Refinaria de Manguinhos. A Patrocinadora do Plano requereu a retirada de patrocínio, a partir de 31 de dezembro de 2008, onde foram suspensas as contribuições dos participantes e da patrocinadora do Plano. O Processo de Retirada de patrocínio do Plano Manguinhos foi homologado pela PREVIC, conforme Despacho do Diretor nº 15 - Processo MPS 44000.001040/2009-91, de 21 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2010. O Plano Manguinhos encontra-se em processo de extinção.

Plano FIEPEprev, de contribuição definida, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 30 de setembro de 2005 por meio do Ofício nº 1.371/SPC/DETEC/CGAT, destinado aos empregados da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE, do Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/PE, do Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado de Pernambuco – SESI-PE e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado de Pernambuco – SENAI/PE.

Plano TERMOprev, de contribuição definida, aprovado em 01 de fevereiro de 2006 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC por meio do Ofício nº 284/SPC/DETEC/CGAT, destinado aos empregados da Ibiritermo S/A.

Plano CRAprev, de contribuição definida, aprovado em 27 de março de 2006 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, por meio do Ofício nº 981/SPC/DETEC/CGAT destinado aos profissionais pertencentes ao Conselho Regional de Administração do Espírito Santo e de Santa Catarina.

Em 16 de janeiro de 2007, a SPC, por meio do Ofício nº 85/SPC/DETEC/CGAT, aprovou a adesão do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA-MG como instituidor do Plano CRAPREV.

Em 24 de setembro de 2008, a SPC publicou no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.528, de 23 de setembro de 2008, as adesões do Conselho Regional de Administração de Alagoas - CRA/AL e do Conselho Regional de Administração de Pernambuco – CRA/PE ao Plano CRAPREV.

Em 04 de agosto de 2009, a SPC publicou no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.991, de 03 de agosto de 2009, as adesões do Conselho Regional de Administração da Bahia - CRA/BA e do Conselho Regional de Administração de Goiás – CRA/GO ao Plano CRAPREV.

Em 10 de setembro de 2009, a SPC publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 3.027, de 09 de setembro de 2009, que aprovou a adesão do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal - CRA-DF, na condição de instituidor do Plano CRAPREV.

Em 01 de junho de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC publicou no DOU as Portarias nº 401, nº 402 e nº 403, de 28 de maio de 2010, aprovando, respectivamente, as adesões do Conselho Regional de Administração do Paraná – CRA/PR, do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Norte – CRA/RN e do Conselho Regional de Administração do Piauí – CRA/PI, na condição de instituidores do Plano CRAPREV.

Plano ADUANAPrev, de contribuição definida, aprovado em 14 de janeiro de 2008 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 108/SPC/DETEC/CGPE, vigente a partir de 15 de janeiro de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União, da Portaria nº 2.017, de 14 de janeiro de 2008, destinado aos associados do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de Minas Gerais.

Plano ANAPARprev, de contribuição definida, aprovado em 27 de março de 2008 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 824/SPC/DETEC/CGAF, de 27 de março de 2008, vigente a partir de 31 de março de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.165, de 28 de março de 2008, destinado aos associados da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR.

Em 05 de novembro de 2009, a SPC publicou no Diário Oficial da União das Portarias nºs 3.136, 3.134, 3.135 e 3.133, de 04 de novembro de 2009, as adesões dos Sindicatos dos Portuários Avulsos de Capatazia, Arrumadores e dos Trabalhadores na Movimentação de Merc-

dorias em geral do Estado do Espírito Santo, do Sindicato dos Trabalhadores Portuários, Portuários Avulsos e com Vínculo empregatício nos Portos do Estado do Espírito Santo do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Espírito Santo e do Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estivas de Minérios do Espírito Santo ao Plano ANAPARprev.

Em 12 de abril de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 230, de 09 de abril de 2010 a adesão da Associação Beneficente dos Aposentados da COPENE-ABACO/POLO, na condição de instituidor do Plano ANAPARprev.

Plano PREVITEL, de contribuição definida, aprovado em 07 de maio de 2008 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 1381/SPC/DETEC/CGAF, de 07 de maio de 2008, vigente a partir de 09 de maio de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.226, de 08 de maio de 2008, destinado aos associados do Sindicato dos trabalhadores em empresas de telecomunicações, transmissão de dados e correio eletrônico, telefonia móvel celular, serviços troncalizados de comunicação, radiochamadas, telemarketing, projeto, construção, instalação e operação de equipamento e meios físicos de transmissão de sinal, similares e operadores de mesas telefônicas no Estado do Rio de Janeiro - Sinttel-Rio.

Plano UNIMED-BH, de contribuição definida, aprovado em 09 de junho de 2008 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 2.090/SPC/DETEC/CGAF, de 09 de junho de 2008, vigente a partir de 13 de junho de 2008, data publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.298, de 12 de junho de 2008, destinado aos associados da UNIMED-BH Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. A razão social do Instituidor do Plano foi alterada para Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico, conforme publicado em 08 de abril de 2009 no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.

Plano de Previdência do Cooperado, de contribuição definida, aprovado em 09 de junho de 2008 pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 2.089/SPC/DETEC/CGAF, de 09 de junho de 2008, vigente a partir de 13 de junho de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.299, de 12 de junho de 2008, destinado aos associados da UNIMED-BH Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.

A razão social do Instituidor do Plano foi alterada para Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico, conforme publicado em 08 de abril de 2009 no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.

A adesão do Sicoob-Credicom - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo e Profissionais da Área de Saúde de Belo Horizonte e Cidades Pólo de Minas Gerais ao Plano de Previdência do Cooperado, foi aprovada pela SPC, com vigência a partir de 15 de dezembro de 2009, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 3.228, de 15 de dezembro de 2009.

A adesão da Unimed Fortaleza – Cooperativa de Trabalho Médico Ltda ao Plano de Previdência do Cooperado, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, com vigência a partir de 29 de abril de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 315, de 27 de abril de 2010.

Plano PTAPrev, de contribuição definida, vigente a partir de 09 de setembro de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.492, de 08 de setembro de 2008, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, destinado aos associados da Companhia Petroquímica de Pernambuco – Petroquímica Suape.

A adesão da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE ao Plano PTAPrev foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, com vigência a partir de 13 de maio de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 355, de 12 de maio de 2010.

Plano PrevFIEPA, de contribuição definida, vigente a partir de 27 de outubro de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.575, de 24 de outubro de 2008, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, destinado aos empregados das seguintes Patrocinadoras: Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA; Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/PA; Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado do Pará – SESI/PA., Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado do Pará– Senai/PA.

Plano PreviContas, de contribuição definida, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, conforme Portaria nº 2.722, de 23 de janeiro de 2009, publicada no D.O.U em 26 de janeiro de 2009, destinado aos associados da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro - ASTCERJ.

Plano FENAJprev, de contribuição definida, vigente a partir de 14 de abril de 2009, data da publicação, no Diário Oficial da União, da Portaria nº 2.832, de 13 de abril de 2009, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, destinado aos associados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Tocantins, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Em 12 de julho de 2011, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC publicou no Diário Oficial da União as Portarias nº 362 e nº 363, aprovando as adesões, respectivamente, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará ao Plano FENAJprev.

Plano TBG, de contribuição definida, vigente a partir de 30 de junho de 2009, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.952, de 29 de junho de 2009, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, destinado aos empregados da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A - TBG.

Em 06 de agosto de 2010, a TBG comunicou a Petros a decisão retirar o patrocínio do Plano TBG, concomitantemente com a adesão ao Plano Petros-2, e fixou a data de retirada o último dia do mês subsequente ao da homologação do processo pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, data a partir da qual cessarão as contribuições dos Participantes e da Patrocinadora ao Plano TBG, e imediatamente anterior ao início das inscrições dos empregados da TBG no Plano Petros-2, de modo a garantir que não haja solução de continuidade na cobertura previdenciária dos empregados daquela empresa.

O processo de Retirada de Patrocínio do Plano TBG foi homologado pela PREVIC, conforme Portaria nº 720, de 23/12/2011, publicada no DOU em 26/12/2011. O Plano TBG encontra-se em processo de extinção, com data-base de retirada de patrocínio fixada em 31/01/2012.

Plano PREV-ESTAT, de contribuição definida, vigente a partir de 12 de agosto de 2009, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.997, de 10 de agosto de 2009, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, destinado aos Associados do Conselho Regional de Estatística da 2ª Região, do Conselho Regional de Estatística da 3ª Região, do Conselho Regional de Estatística da 5ª Região, do Conselho Regional de Estatística da 6ª região e da Sociedade Brasileira de Estatística – SBE.

Plano CRCprev, de contribuição definida, vigente a partir de 06 de novembro de 2009, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 3.141, de 05 de novembro de 2009, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, destinado aos Associados do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará.

Em 31 de março de 2011, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC publicou no Diário Oficial da União as Portarias nºs 159, 160 e 165, aprovando, respectivamente, as adesões dos seguintes instituidores:

- Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Espírito Santo;
- Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão;
- Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba.

Plano Previtália, de contribuição definida, vigente a partir de 16 de novembro de 2009, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 3.153, de 10 de agosto de 2009, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, destinado aos Associados da Associação de Intercâmbio Cultural Ítalo-Brasileira Anita e Giuseppe Garibaldi; da Associação Beneficente Italiana – Abita, da Associazione Abruzzese di Rio de Janeiro e Espírito Santo, da Associazione Lucana di Rio de Janeiro Brasil, da Associazione Laziale e do Círculo Cultural Sardo Grazia Deledda.

Plano PREVIFIEA, de contribuição definida, vigente a partir de 01 de dezembro de 2009, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 3.206, 30 de novembro de 2009, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, destinado aos empregados das seguintes Patrocinadoras: Federação das Indústrias do Estado de Alagoas– FIEA; Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/AL; Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado de Alagoas– SESI/AL., Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado DE Alagoas – Senai/AL.

Plano GasPrev, de contribuição definida, vigente a partir de 21 de janeiro de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 3.285, 19 de janeiro de 2010, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, destinado aos empregados das seguintes Patrocinadoras: Gás de Alagoas S.A – ALGÁS, Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS, Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e Sergipe Gás S/A – SERGÁS. A adesão da BahiaGás, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, com vigência a partir de 21 de dezembro de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 971, de 17 de dezembro de 2010.

Plano PETRO RG, de contribuição definida, vigente a partir de 08 de abril de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 242, 07 de abril de 2010, de aprovação do Plano pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, destinado aos empregados da Refinaria de Petróleo Rio Grandense S/A.

Plano Liquigás, de contribuição definida, vigente a partir de 06 de julho de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 494, 01 de julho de 2010, de aprovação do Plano pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, destinado aos empregados da Liquigás Distribuidora S.A.

Plano PREVTRAN, de contribuição definida, vigente a partir de 22 de setembro de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 726, 20 de setembro de 2010, de aprovação do Plano pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, destinado aos associados da Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina – ADOTESC e Cooperativa de Crédito Mútuo dos Despachantes de Trânsito de Santa Catarina – CREDITRAN.

Plano SulgasPrev, de contribuição definida, vigente a partir de 22 de setembro de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 749, 20 de setembro de 2010, de aprovação do Plano pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, destinado aos empregados da Companhia de gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS.

Plano EsportePrev, de contribuição definida, vigente a partir de 06/12/2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 926, de 02/12/2010, de aprovação do Plano pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, destinado aos associados dos seguintes Instituidores:

- Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro - SAFERJ;
- Sindicato dos Atletas Profissionais no Estado do Rio Grande do Sul - SIAPERGS;
- Sindicato dos Atletas de Futebol Profissional do Estado do Rio Grande do Norte - SAFERN;
- Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado da Paraíba - SAFEPB;
- Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Mato Grosso do Sul - SAFEMS;
- Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo - SAPESP.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, de acordo com a Resolução CNPC Nº 08, de 31 de Outubro de 2011, que revogou as Resoluções CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009 e Resolução CNPC nº 01, de 03 de março de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11. Em decorrência da publicação da Instrução PREVIC nº 05, de 08 de setembro de 2011, algumas demonstrações tiveram os seus valores de 2010 reclassificados para fins de comparabilidade com o ano de 2011.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08/2011:

3.1. BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Tem como finalidade evidenciar de forma **consolidada** os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pela PETROS, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

3.2. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

Tem como finalidade evidenciar de forma **consolidada** as modificações sofridas pelo Patrimônio Social, ao final de cada exercício.

3.3. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL)

Este Demonstrativo substitui a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar de forma **individualizada** as modificações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

3.4. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

Tem como finalidade evidenciar de forma **individualizada** dos componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

3.5. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

Tem como finalidade evidenciar de forma **consolidada** a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

3.6. DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO (DOAP)

Tem como finalidade evidenciar de forma **individualizada** as alterações do Patrimônio de Cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

NOTA 4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Registros Contábeis

A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a segregação dos registros contábeis em: **Gestão Previdencial** (atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos resultados dos planos de benefícios); **Gestão Administrativa** (atividade de registro e controle inerente à administração dos planos de benefícios); e, **Investimentos** (registro e controle referentes à aplicação dos recursos dos planos de benefícios).

Os registros contábeis são efetuados de forma descentralizada, identificados na origem a empresa e o respectivo plano de benefícios, gerando balancetes contábeis individualizados por plano de benefícios.

A Petros adota a gestão compartilhada dos investimentos, implicando na existência de solidariedade na aplicação dos recursos. Utiliza-se do método do cálculo de cotas para a segregação dos ativos e apuração da rentabilidade dos planos.

A Petros, a partir do próximo exercício, implementará o registro contábil da participação dos planos de benefícios no fundo administrativo.

b. Gestão Previdencial

(b.1) Contribuições Previdenciais

As contribuições previdenciais são escrituradas diretamente nos balancetes de cada plano de benefícios (fluxo primário de recursos).

Os registros relativos às contribuições de patrocinadoras e participantes vinculados a planos estruturados na modalidade de benefício definido, são escriturados com base no regime de competência, exceto as contribuições dos autopatrocinados. Para os planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e contribuição variável, as contribuições são escrituradas na data do efetivo recebimento, inclusive as dos autopatrocinados.

No caso do Plano Petros do Sistema Petrobras, estruturado na modalidade de benefício definido, as contribuições dos participantes e dos assistidos são calculadas tendo como base os percentuais escalonados de 1,96%, 4,06% e 14,90% ou 1,45%, 3,00% e 11,00%, consoante as faixas salariais ou a opção feita pelo participante. A contribuição mensal das patrocinadoras corresponde ao total de contribuições normais recolhidas pelos participantes ativos e assistidos.

(b.2) Provisões Matemáticas, Equilíbrio Técnico e Fundos Previdenciais

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos futuros assumidos com os benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e seus beneficiários.

São constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por atuários independentes, utilizando premissas atuariais, premissas econômicas, tais como taxa de inflação, ganho real de investimentos, escala de ganhos salariais, premissas não econômicas, como idade de aposentadoria, mortalidade, composição familiar entre outras.

(b.2.1) Provisões matemáticas

As reservas matemáticas dos benefícios de suplementação de aposentadorias e pensões foram avaliadas com base em dados estatísticos e cadastrais atualizados, da massa de participantes e assistidos e representam os compromissos dos planos com os benefícios a serem pagos aos participantes e assistidos.

(b.2.1.1) Benefícios concedidos

Registram o valor dos compromissos correspondentes a benefícios concedidos a serem pagos pela Fundação aos participantes, assistidos e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada.

(b.2.1.2) Benefícios a conceder

Registram o valor dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder, ou seja, da diferença entre:

- (i) Benefícios do plano com a geração atual: valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, avaliados de acordo com a nota técnica atuarial, e;
- (ii) Outras contribuições da geração atual: valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelas patrocinadoras e pelos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesses planos (ou de novos empregados das patrocinadoras), assim como as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual durante o período de percepção dos benefícios, quanto pelas patrocinadoras.

(b.2.2) Equilíbrio técnico

Registra o excedente ou insuficiência patrimoniais (déficit/superávit) dos planos em relação aos seus compromissos totais.

Para os Planos que são aplicados o Regime de Capitalização para avaliação do custo dos benefícios de risco, são constituídas Provisões

Matemáticas de Benefícios de risco a Conceder (conta 2.3.1.1.02.03.00 - Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização não Programado) e a diferença entre a Conta de Riscos e o valor dessas Provisões é levada a resultado.

Para os Planos que são utilizados o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura para avaliação do custo dos benefícios de risco, o montante equivalente à Conta de Riscos é registrado integralmente na conta 2.3.1.1.02.04.00 (Benefícios a Conceder/Benefício Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura), em atendimento ao Ofício nº 4520/2010/CGMC/DIACE/PREVIC, de 17/12/2010. Em 08 de setembro de 2011, a PREVIC publicou a Instrução da Previc nº 5, que desativou esta conta contábil, tendo a Petros que efetuar as devidas reclassificações.

(b.2.3) Fundos Previdenciais: regras de constituição e reversão

Apresentam-se de forma sucinta neste item, as regras de constituição e reversão dos Fundos Previdenciais dos planos.

(b.2.3.1) Plano Petros 2

Fundo Portabilidade e Resgate: Constituição: saldos das contas dos participantes que optaram pela Portabilidade ou pelo Resgate e respectivas rentabilidades; Reversão: valores pagos a título de Portabilidade ou Resgate.

Fundo Especial: Constituição: contribuições especiais das patrocinadoras e respectivas rentabilidades; Reversão: transferência do montante de contribuições especiais devido aos participantes que obtiverem reconhecimento de tempo de atividade especial pela Previdência Social.

Fundo de Oscilação de Riscos: Constituição: valores transferidos do Fundo de Riscos ou da Conta de Benefícios Concedidos e respectivas rentabilidades; Reversão: valores destinados à Conta de Benefícios Concedidos para cobertura das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

Fundo de Risco: Constituição: contribuições de risco e respectivas rentabilidades; Reversão: utilização de valores referentes a Auxílio Doença, Auxílio Reclusão, Pecúlio por morte, Garantias Mínimas e eventuais insuficiências da Conta Portabilidade e Resgate.

(b.2.3.2) Planos Repsol YPF, CDSA, Concepa, DBA, Alesat, IBP, PQU Previdência, FIEPEprev, PTAPrev, PrevFIEPA, PrevFIEA, Gasprev, PETRO_RG, Liquigás, Sulgasprev e UNIMED-BH

Conta Coletiva: Constituição: saldos remanescentes de Resgate e respectivas rentabilidades; Reversão: valores transferidos ao Plano conforme definido pela patrocinadora.

(b.2.3.3) Plano TBG

Conta Coletiva: Constituição: saldos remanescentes de Resgate e respectivas rentabilidades acrescido do saldo remanescente da conta Patronal de ex-participante que não realizou o resgate; Reversão: valores transferidos ao Plano conforme definido pela patrocinadora.

(b.2.3.4) Plano Triunfo Vida

Conta Coletiva: Constituição: saldos remanescentes de Resgate e respectivas; Reversão: valores transferidos ao Plano conforme definido pela patrocinadora.

Fundo Garantidor de Benefício de Risco – Compromisso com os benefícios de risco concedidos (renda de aposentadoria por invalidez e renda de pensão por morte de ativo: Constituição: contribuições normais de risco acrescidas dos saldos transferidos das contas pessoais e patronais dos assistidos em gozo de benefício de invalidez e morte; Reversão: utilização de valores destinados ao pagamento dos benefícios de invalidez ou morte.

(b.2.3.4) Plano SANASA

Fundo Serviço Passado: Constituição: contribuições da patrocinadora destinadas a garantir o montante equivalente ao serviço passado e respectivas rentabilidades; Reversão: transferências de montante equivalente ao serviço passado devido aos participantes que se aposentam.

(b.2.3.5) Planos Petros Lanxess e Nitriflex/DSM

Fundo Previdencial: Constituição: Valores transferidos da Conta Reserva Especial para Revisão do Plano e respectivas rentabilidades; Reversão: Valores alocados a participantes e patrocinadoras a título de destinação de superávit, valores destinados à recomposição da Reserva de Contingência quando esta resultar inferior a 25% das Reservas Matemáticas e valores destinados à cobertura dos riscos preconizados na Resolução CGPC Nº 26/2008.

(c) Investimentos

(c.1) Renda fixa

Em atendimento à Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários estão classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação - registram os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

O ágio e o deságio na aquisição de títulos são apropriados pela taxa de negociação do título na data de aquisição até o seu vencimento.

(c.1.1) Resultados a realizar

Corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, apurado pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos e o seu valor presente, considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial, nos termos do artigo 5º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002 e foi aprovado pela SPC, conforme ofício nº 1702 / GAB / SPC, de 19 de setembro de 2002.

Os títulos mantidos até o vencimento, seus respectivos vencimentos, valores contábeis e fluxos estão descontados à taxa da última avaliação atuarial (6% a.a.).

(c.2) Renda variável

As ações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas e abatidas às devoluções de corretagem e outras taxas incidentes provenientes das operações de compras e avaliadas pelo valor de mercado. Para as ações negociadas em bolsa utiliza-se para avaliação a cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na bolsa de valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio, são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor, caracterizando assim pelo regime de competência.

As ações da carteira de participação são valorizadas atendo ao dispostos nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC's nº 38, 39 e 40.

(c.3) Investimentos Estruturados

Em atendimento à Resolução 3.792, de 24 de setembro de 2009, este segmento está classificado da seguinte forma:

I - as cotas de fundos de investimento em participações e as cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em participações;

II - as cotas de fundos de investimento em empresas emergentes;

III - as cotas de fundos de investimento imobiliário; e

IV - as cotas de fundos de investimento e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM, aplicando-se os limites, requisitos e condições estabelecidos a investidores que não sejam considerados qualificados, nos termos da regulamentação da CVM.

(c.4) Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. A depreciação incide sobre o valor reavaliado e é calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no laudo de avaliação e/ou reavaliação. No caso de inexistência adota-se a taxa de 2% ao ano.

Os imóveis deverão ser reavaliados pelo menos a cada três anos de acordo com o item 19 letras “h” e “k” do Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contra partida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

(c.5) Operações com participantes

As Operações com Participantes correspondem a Empréstimos concedidos aos participantes e assistidos, e seus saldos estão demonstrados pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Gestão Administrativa

Em atendimento ao determinado na Resolução CGPC nº 28/2009 o Conselho Deliberativo da Petros aprovou em 16 de dezembro de 2009 o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, que estabelece a adoção do modelo de gestão compartilhada das fontes e dos usos dos recursos administrativos registrados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), ou seja, ainda não existe a segregação por plano de benefícios. Com base no Ofício da PREVIC nº 2.635/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, a Petros a partir do exercício de 2012 estará efetuando os registros contábeis referentes à participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo PGA.

(d.1) Ativo Permanente

O ativo permanente é segregado em imobilizado, intangível e diferido. Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada na aquisição.

No diferido estão registrados os gastos com a elaboração e implantação de novos planos de previdência complementar, os quais são amortizados à taxa de 20% ao ano depois de implantados os novos planos. Tal tratamento baseia-se no fato que estas despesas concorrem para a formação de resultados de mais de um período, podendo, portanto, serem tratadas como investimentos.

(d.2) Custeio Administrativo

As despesas administrativas são custeadas na sua totalidade pela gestão previdencial e pelo fundo administrativo, não havendo por parte dos investimentos a participação no referido custeio. Conforme determinação da PREVIC, as despesas de administração são desmembradas em gestão previdencial e administração dos investimentos.

Os critérios adotados pela Petros para a segregação das despesas de administração foram os seguintes:

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas da gestão previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de suporte foram registrados na base de 50% para cada um dos referidos grupos de despesas de administração.

(e) Apuração do Resultado

(e.1) - Gestão Previdencial

Atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios, bem como o resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

(e.2) - Gestão Administrativa

Atividade de registro e controles inerentes à administração dos planos de benefícios.

(e.3) – Investimentos

Resultado da aplicação dos recursos dos Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa (PGA).

(f) Reclassificações

As seguintes reclassificações em 2010 foram realizadas, objetivando adequar à legislação vigente, Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011.

(f.1) – Depósitos Judiciais

Apresentadas anteriormente como Exigível Contingencial, foram classificadas no Realizável.

(f.2) – Provisões Matemáticas

A rubrica de Benefícios a Conceder – Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura, onde estavam sendo registradas as contribuições referentes aos riscos, foram reclassificadas conforme estudos atuariais para a rubrica Fundos – Gestão Previdencial.

NOTA 5 – REALIZÁVEL

(a) Gestão Previdencial

Apresenta-se na tabela abaixo a composição do Realizável da Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, e na seqüência são apresentados os seus principais componentes.

DESCRIÇÃO	31/12/2011	31/12/2010
Contribuições a receber	5.226.673	4.937.722
Contribuições Normais	150.523	149.356
Contribuições Contratadas (Nota 5 (a.1))	5.076.150	4.788.366
Créditos a receber de patrocinadoras liquidadas (Nota 5 (a.2))	412.617	376.672
Provisão para perdas na realização de créditos (Nota 5 (a.2))	(412.617)	(376.672)
Resultados a realizar de títulos de renda fixa (Nota 5 (a.3))	485.582	481.432
Depósitos Judiciais/Recurais (Nota 5 (a.4))	1.159.677	967.665 (*)
Outros	53.342	64.267
Total	6.925.274	6.451.086

(*) Valor reclassificado para fins de comparabilidade.

(a.1) Contribuições contratadas

Em 23 de outubro de 2008, as patrocinadoras do Plano Petros do Sistema Petrobras, assinaram três Termos de Compromisso Financeiro (TCF) em consequência à homologação de transação judicial, relativa ao plano de pensão, como o previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas – AOR firmado pelas patrocinadoras e entidades sindicais. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamentos de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado.

Os objetos dos referidos Termos estão identificados da seguinte forma:

- **Termo de Compromisso Financeiro Pré 70:** compromisso atuarial com o Grupo Pré-70, no valor presente de R\$ 1.463.861.999,75, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente à diferença resultante da revisão atuarial dos compromissos com esse grupo específico, com base na Tábua de Mortalidade AT-2000, na Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-49 e na Tábua de entrada em invalidez Zimmermann ajustada, tábuas diversas daquelas utilizadas quando da liquidação dessa rubrica no ano de 2001.
- **Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão:** compromisso atuarial com as pensões, no valor presente de R\$ 682.462.550,00, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente à diferença resultante da revisão dos critérios de cálculo das pensões dos participantes, assistidos e pensionistas, que repactuaram.
- **Termo de Compromisso Financeiro FAT-FC:** compromisso financeiro com o FAT-FC, no valor atualizado de R\$ 2.619.827.087,26, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente ao impacto causado no passivo do Plano Petros pela introdução desses fatores para correção dos benefícios.

As tabelas a seguir apresentam, em 31 de dezembro de 2011, os valores do Realizável (conta contábil 1.2.1.1.04.99) e do Resultado (conta contábil 3.1.3.9) das Contribuições contratadas com as patrocinadoras do Plano Petros do Sistema Petrobras, já devidamente atualizado e deduzido dos valores recebidos, conforme definido nos referidos instrumentos contratuais:

PETROS - EVOLUÇÃO DO REALIZÁVEL PREVIDENCIAL - OUTRAS CONTRATAÇÕES COM PATROCINADORES

Termos de Compromisso	31/12/2010	Recebimentos	Atualização 2011	Avaliação Atuarial 2011	12/31/2011
Pré-70	1.743.126	(105.148)	220.415	(96.388)	1.762.005
Petrobras	1.743.126	(105.148)	220.415	(96.388)	1.762.005
FAT_FC	1.825.252	(111.595)	230.686	-	1.944.343
Petrobras	1.623.561	(99.263)	205.194	-	1.729.492
BR	162.826	(9.955)	20.579	-	173.450
Petroquisa	20.700	(1.266)	2.617	-	22.051
REFAP	18.165	(1.111)	2.296	-	19.350
Petros	-	-	-	-	-
Diferença de Pensão	1.219.988	(73.670)	154.259	69.225	1.369.802
Petrobras	1.151.958	(69.490)	145.662	64.382	1.292.512
BR	60.601	(3.714)	7.659	4.102	68.648
Petroquisa	3.109	(186)	393	(566)	2.750
REFAP	4.495	(280)	568	855	5.638
Petros	(175)	-	(23)	452	254
Total dos Compromissos	4.788.366	(290.413)	605.360	(27.163)	5.076.150

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DOS TERMOS DE COMPROMISSO FINANCEIRO

Termos de Compromisso	Atualização 2011	Impacto Atuarial	Acumulado 31/12/2011
Pré-70	220.415	(96.388)	124.027
Petrobras	220.415	(96.388)	124.027
FAT_FC	230.686	-	230.686
Petrobras	205.194	-	205.194
BR	20.579	-	20.579
Petroquisa	2.617	-	2.617
REFAP	2.296	-	2.296
Diferença de Pensão	154.259	69.225	223.484
Petrobras	145.662	64.382	210.044
BR	7.659	4.102	11.761
Petroquisa	393	(566)	(173)
REFAP	568	855	1.423
Petros	(23)	452	429
Total dos Compromissos	605.360	(27.163)	578.197

Os compromissos serão reajustados pelo IPCA *pro rata die*, acrescido de juros de 6% (seis por cento). No caso do "Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão" e do "Termo de Compromisso Financeiro Pré 70", cujos objetos têm natureza atuarial, no último dia de cada exercício os compromissos neles previstos sofrerão um ajuste atuarial, realizado de acordo com os regimes financeiros, métodos de financiamento, hipóteses atuariais e demais procedimentos técnicos adotados para as avaliações atuariais do Plano Petros do Sistema Petrobras, de forma a refletir efetivamente a natureza atuarial do compromisso contratado.

Em 31 de dezembro de 2011 foi realizada a revisão atuarial dos compromissos atuariais tendo os seus resultados variados em níveis compatíveis com o crescimento das Reservas Matemáticas dos Planos.

(a.2) Créditos a receber de patrocinadoras liquidadas

Os créditos a receber de patrocinadoras liquidadas (Petrobras Mineração S.A. - PETROMISA e Petrobras Comércio Internacional S.A. - INTERBRAS), no montante de R\$ 412.617 mil (R\$ 376.672 mil em 31 de dezembro de 2010) são objeto de ação judicial contra a União Federal e estão totalmente provisionados.

(a.3) Resultados a realizar

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo está composto da seguinte forma:

Tipo de Título	Emissor	Vencimento	Valor Contábil	Fluxo Descontado	Diferença
Letras Hipotecárias	CEF	15/02/21	11.354	15.065	3.711
NTN-C	Tesouro Nacional	01/04/21	501.574	685.271	183.697
NTN-C	Tesouro Nacional	01/01/31	638.302	936.476	298.174
Total			1.151.230	1.636.812	485.582

(a.4) Depósitos Judiciais/Recurrais

Relacionamos abaixo a composição dos Depósitos Judiciais/Recurrais relativos às contingências passivas da gestão previdencial.

Planos	31/12/2011	31/12/2010
Plano Petros do Sistema Petrobras	<u>1.000.335</u>	<u>810.685</u>
Plano Petros - Empresas Privatizadas	<u>157.500</u>	<u>155.765</u>
Plano Petros Copesul	116.340	120.303
Plano Petros Ultrafertil	27.798	24.407
Plano Petros Lanxess	12.714	9.966
Plano Petros Nitriflex	418	874
Plano Petros Braskem	217	213
Plano Petros PQU	13	2
Contribuição Definida/Variável	<u>1.842</u>	<u>1.215</u>
Plano Petros 2	1.698	1.108
Outros	144	107
Total	1.159.677	967.665

(b) Gestão Administrativa

Apresenta-se na tabela abaixo a composição do Realizável da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Contas a Receber	<u>4.730</u>	<u>5.262</u>
Responsabilidade de Empregados	3.533	4.252
Responsabilidade de Terceiros	1.091	913
Outros Recursos a Receber	106	97
Despesas Antecipadas	508	532
Depósitos Judiciais e Recurrais	183.441	7.028 (*)
Outros Realizáveis	351	358
Total	189.030	13.180

(*) Valores reclassificados para fins de comparabilidade

(c) Investimentos

(c.1) Composição da carteira de investimentos

Os títulos de Renda Fixa e Renda Variável encontram-se custodiados no Banco Bradesco S.A., e a carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está composta conforme discriminado a seguir:

Investimentos	31/12/2011	31/12/2010
Títulos Públicos	17.072.697	16.198.925
Títulos Públicos Federais	16.638.028	15.823.412
Notas do Tesouro Nacional	16.638.028	15.804.549
Títulos da Dívida Agrária	-	391
Certificados Financeiros do Tesouro	-	18.472
Títulos Públicos Estaduais	434.669	375.513
Letras Financeiras do Tesouro Santa Catarina	434.669	375.513
Créditos Privados e Depósitos	2.089.885	1.286.591
Instituições Financeiras	1.210.620	637.776
Certificado de Depósito Bancário	398.911	-
Letras Hipotecárias	11.355	10.701
Cédula de Crédito Bancário - CCB	689.511	480.120
Certificado Cédula de Crédito Bancário	110.843	146.955
Companhias Abertas	360.291	648.780
Debêntures Conversíveis	47.268	279
Debêntures não-Convertíveis	315.628	300.287
Cédula de Crédito Bancário	(2.605)	-
Cédulas de Crédito Imobiliário	-	348.214
Companhias Fechadas	421.755	35
Debêntures não-Convertíveis	30.856	35
Cédulas de Crédito Imobiliário	390.899	-
Sociedades de Propósito Específico	97.219	-
Debêntures não-Convertíveis	97.219	-
Ações	14.017.124	14.159.721
Instituições Financeiras	255.032	-
Companhias Abertas	13.605.415	14.141.720
A Vista	13.605.415	14.141.720
Sociedades de Propósito Específico	146.001	18.001
Empréstimo de Ações	10.676	-
Fundos de Investimentos	21.370.453	21.296.048
Renda Fixa	800.355	12.149.386
Ações	7.451.614	8.880.949
Multimercado	9.234.094	-
Direito Creditórios	185.690	142.700
Empresas Emergentes	96.805	-
Participações	3.458.741	-
Imobiliário	143.154	123.013
Investimentos Imobiliários	1.894.694	1.512.602
Terrenos	10.904	15.082
Imóveis em Construção	251.175	123.441
Aluguéis e Renda	1.560.558	1.290.553
Locadas a Patrocinador(es)	380.919	310.343
Locadas a Terceiros	916.913	792.538
Rendas de Participações	262.726	187.672
Direitos em Aliações de Investimentos Imobiliários	72.057	83.526
Empréstimos e Financiamentos	1.563.246	1.209.709
Empréstimos	1.563.246	1.209.709
Outros Realizáveis	-	22.418
Total do Realizável de Investimentos	58.008.099	55.686.014

(c.2) Carteira de títulos de renda fixa

A classificação da carteira de títulos de renda fixa em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 pode ser assim demonstrada:

PAPEL	31/12/2011	31/12/2010
Título mantidos até o vencimento		
Títulos do Governo Federal ⁽¹⁾	2.201.968	1.948.235
Notas do Tesouro Nacional ^(1,1)	1.392.864	1.310.459
Cédula de Crédito Bancário - CCB	686.906	480.120
Letras Hipotecárias	11.355	10.701
Certificado Cédula de Crédito Bancário	110.843	146.955
Títulos Públicos Estaduais	434.669	375.513
LFT - Santa Catarina	434.669	375.513 *
	2.636.637	2.323.748
Títulos para Negociação		
Títulos do Governo Federal		
Notas do Tesouro Nacional (1.2)	15.245.164	14.494.090
Certificados Financeiros do Tesouro	-	18.472
Títulos da Dívida Agrária	-	391
	15.245.164	14.512.953
Aplicações em Instituições Financeiras		
Cotas de Fundos de Investimento - Renda Fixa	800.355	3.390.601 *
Certificado de Depósito Bancário (3)	398.911	-
Fundos de Investimentos Direitos Creditórios	185.690	142.700
Fundos de Investimentos de Multimercado (2) (4)	9.234.094	8.758.785 *
	10.619.050	12.292.086
Títulos de Empresas		
Debêntures Conversíveis	47.268	-
Debêntures não-Convertíveis	346.484	300.566
Cédulas de Crédito Imobiliário	390.899	348.214
	784.651	648.780
Total da Carteira de Renda Fixa	29.285.502	29.777.567

* O valor de 2010 foi ajustado para melhor comparabilidade.

	31/12/2011	31/12/2010
(1.1) Vencimentos		
1/4/2021	501.574	466.432
1/1/2031	638.302	608.120
15/5/2017	252.988	235.907
	1.392.864	1.310.459
(1.2) Vencimentos		
1/1/2012	62.378	61.316
1/1/2013	157.185	151.579
1/1/2014	59.733	57.282
15/8/2014	1.024.789	935.624
15/5/2015	66.793	60.899
1/1/2017	100.953	96.647
15/5/2017	317.165	376
15/8/2020	392.110	24.105
15/8/2024	1.629.829	1.487.335
15/8/2040	2.634.933	2.452.131
15/8/2045	4.163.813	4.299.114
15/8/2050	4.635.483	4.867.682
	15.245.164	14.494.090
Total	16.638.028	15.804.549

(1) A administração da Fundação manifesta a intenção de manter estes títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas Políticas de Investimentos. Anualmente são elaborados estudos gerenciais internos com software de “gestão de ativos e passivos” (ALM), que simulam cenários confrontando os fluxos esperados de receitas (financeiras e previdenciais) e de despesas previdenciais, com as necessidades de liquidez dos planos administrados pela PETROS, no curto, médio e longo prazos.

(2) As Cédulas de Crédito Bancário - CCB's (R\$ 1.035.532 mil) dentro dos Fundos de Investimentos Exclusivos estão classificadas como “Títulos mantidos até o vencimento”.

(3) Aquisição de CDB em agosto de 2011, decorrente do recebimento no montante de R\$ 384.658 mil da decisão judicial referente à ação movida pela Petros contra a Vale do Rio Doce (expurgos inflacionários sofridos e não pagos do contrato de compra e venda de ouro a termo em 1988).

(4) A carteira de Fundos de Investimentos - Multimerca- do inclui R\$ 3.739.358 mil correspondentes aos planos de benefícios de “contribuição definida” e “contribuição variável”, assim demonstrados:

Composição da Carteira Fundos Investimentos Multimerca- do		
Planos	31/12/2011	31/12/2010
Planos Patrocinados	3.322.123	2.210.731
REPSOL YPF	20.813	17.187
CDSA	4.992	4.306
CONCEPA	364	323
DBA	15.076	13.468
TRANSPETRO	171.023	132.676
TRIUNFO	16.716	15.140
ALESAT	6.999	5.344
IBP	4.853	3.973
PQU	13.914	12.396
COPELPREV	1.994	16.171
SANASA	69.811	54.943
MANGUINHOS	45	448
TERMOPREV	561	375
FIEPEREV	16.331	11.917
PETROS 2	2.935.360	1.905.442
TBG	10.957	5.437
PTAPREV	5.414	3.250
PREVIEPA	4.484	2.445
PREVIEA	2.027	733
LIQUIGÁS	11.437	2.724
GASPREV	4.912	1.454
PETRO RG	2.614	339
SULGASPREV	1.426	240
Planos Instituídos	417.235	339.201
SIMEPREV	5.410	1.984
IBA	7.036	5.125
CULTURAPREV	4.103	3.280
SINMED-RJ	1.198	934
CRO-PREV	7.850	5.383
CRA-PREV	2.852	1.762
ADUANAPREV	2.853	2.334
ANAPARPREV	160.536	154.084
FENAJPREV	795	471
PREVITTEL	230	122
UNIMED/BH	201.869	151.020
UNIMED/BH - Cooperado	20.509	12.506
PREVICONTAS	832	82
PREVITÁLIA	158	54
PREV-ESTAT	93	31
CRCPREV	127	29
PREVTRAN	781	-
ESPORTEPREV	3	-
TOTAL	3.739.358	2.549.932

(c.3) Renda Variável – Carteira de participações

As ações da Telemar Participações S.A e Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar, constantes da carteira de participação foram precificadas considerando a última negociação e valor econômico, respectivamente.

Em 31 de março de 2011 a Petros alienou 54.911.189 ações da Telemar ao preço de R\$ 4,07781/ação, totalizando financeiro de R\$ 223.917 mil. Deste modo, após a venda dessas ações, a Petros passou a deter 218.777.748 ações da Telemar Participações S.A. A Petros também alienou seus direitos de subscrição das ações da Telemar Participações por R\$ 98.853 mil.

Em 31 de março de 2011, a Petros vendeu a totalidade das ações da CTX Participações S.A., ou seja, 273.688.937 ações por R\$ 0,23148/ação, totalizando financeiro de R\$ 63.353 mil.

Em 15 de julho de 2011 foi realizado aporte de capital, no qual a Petros subscreveu e integralizou 5.467.443 ações da Invepar.

Em 28 de dezembro de 2011 foi realizado aporte de capital, no qual a Petros subscreveu e integralizou 13.453.671 ações da Invepar.

Posição 31/12/2010

Empresa	Precificação	Valor por Ação	Quantidade	Valor Total
Telemar	Valor da última negociação	2,096841	273.688.937	573.882
CTX	Valor da última negociação	0,104256	273.688.937	28.534
Invepar	Valor Econômico	11,751281	55.500.863	652.206
				1.254.622

Posição 31/12/2011

Empresa	Precificação	Valor por Ação	Quantidade	Valor Total
Telemar	Valor da última negociação	4,077806	218.777.748	892.133
Invepar	Valor Econômico	15,451138	74.421.977	1.149.904
				2.042.037

(c.4) Investimentos Estruturados

Investimentos	Dezembro de 2011		Rentabilidade %		
	em R\$ mil	em %	mês	ano	12 meses
Investimentos Estruturados	3.698.700	5,91	(0,06)	(0,39)	1,90
Fundos de Investimentos - Estruturados	3.555.546	6,14	4,89	8,79	8,79
Fundos de Investimentos em Participação	3.458.741	5,97	5,13	8,71	8,71
Private Equity	1.506.699	2,60	5,64	11,61	11,61
Governança	1.952.042	3,37	4,75	6,61	6,61
Fundos Venture Capital/Empresas Emergentes	96.805	0,17	(3,02)	9,66	9,66
Fundos de Investimentos Imobiliários	143.154	0,25	0,53	12,73	12,73

Fonte: Gerência de Administração Financeira.

Os investimentos nos Fundos de Investimentos em Participação (FIPs), estão alocados em Fundos de Investimentos em Ações conforme demonstrado na tabela constante na Nota 5.c.1.

(c.5) Reavaliação de Imóvel

Relacionamos abaixo os imóveis reavaliados no exercício de 2011:

Imóvel	Empresa Avaliadora	Data da Avaliação	Valor		
			Contábil	Reavaliado	Impacto Resultado
CONJUNTO PITUBA	Empresa Brasileira de Engenharia Econômica Ltda	26/01/11	76.509	84.467	7.958
PARK AVENUE	Paulo Gaiga Engenharia Ltda	30/08/11	1.974	2.452	478
HORTA BARBOSA	Analítica - Engenharia de Avaliações Ltda	28/10/11	149.839	192.600	42.761
ED. OURO NEGRO	Analítica - Engenharia de Avaliações Ltda	28/10/11	35.449	46.046	10.597
I -Total - Edificações Locadas a Patrocinadores - ELP			263.771	325.565	61.794
OAB	Paulo Gaiga Engenharia Ltda	26/01/11	2.492	6.415	3.923
RIO OFFICE PARK 4	Zarique Consultoria Assessoria Técnica Ltda	26/01/11	4.370	7.790	3.420
RIO OFFICE PARK 5	Zarique Consultoria Assessoria Técnica Ltda	26/01/11	11.827	21.509	9.682
SÃO LUIZ (TORRE IV)	Paulo Gaiga Engenharia Ltda	02/06/11	72.797	80.600	7.803
MONTEIRO LOBATO	Paulo Gaiga Engenharia Ltda	02/06/11	21.200	22.661	1.461
CENTRO EMPRES. S.P.	Paulo Gaiga Engenharia Ltda	02/06/11	31.079	41.400	10.321
VARIG	Paulo Gaiga Engenharia Ltda	12/07/11	22.368	35.370	13.002
TEND TUDO	Camara de Consultores Associados S/C Ltda	18/07/11	8.598	11.920	3.322
HIPER BOM PREÇO BAHIA	Camara de Consultores Associados S/C Ltda	18/07/11	17.909	25.245	7.336
CENTRO SEculo XXI	Paulo Gaiga Engenharia Ltda	10/08/11	15.616	16.405	790
HIPER BOM MARCHE	Camara de Consultores Associados S/C Ltda	19/09/11	8.917	11.940	3.023
HIPER BOM PREÇO NATAL	Paulo Gaiga Engenharia Ltda	27/09/11	42.920	52.275	9.355
ED.OURO NEGRO	Analítica - Engenharia de Avaliações Ltda	28/10/11	22.154	27.534	5.379
HIPER CASA FORTE	Paulo Gaiga Engenharia Ltda	28/09/11	63.383	80.000	16.617
BUSINESS PARK JUNDIAÍ-ITUPEVA	Empresa Brasileira de Engenharia Econômica Ltda	04/12/11	284.514	306.496	21.982
ED.PETROS -LOJA	Analítica - Engenharia de Avaliações Ltda	06/10/11	7.420	17.120	9.700
II -Total - Edificações Locadas a Terceiros - ELT			637.564	764.680	127.116
SHOPPING VITORIA	Empresa Brasileira de Engenharia Econômica Ltda	20/10/11	40.131	55.591	15.460
SHOPPING VITORIA - EXPANSÃO	Empresa Brasileira de Engenharia Econômica Ltda	20/10/11	20.216	27.522	7.306
IGUATEMI FORTALEZA	Empresa Brasileira de Engenharia Econômica Ltda	30/11/11	61.685	100.079	38.394
SHOPPING DEL REY	Camara de Consultores Associados S/C Ltda	31/10/11	41.788	58.620	16.832
IGUATEMI FORTALEZA - EXPANSÃO	Empresa Brasileira de Engenharia Econômica Ltda	30/11/11	16.444	19.063	2.618
III -Total - Renda e Participações em Shopping Centers - RPS			180.264	260.875	80.610
IGUATEMI FORTALEZA - TERRENO	Empresa Brasileira de Engenharia Econômica Ltda	30/11/11	14.465	10.204	-4.262
IV -Total - Terrenos - TER			14.465	10.204	-4.262
V = I + II + III + IV - Total Geral Investimentos			1.096.064	1.361.324	265.258
ED.PETROS/ESCRITORIO	Analítica - Engenharia de Avaliações Ltda	06/10/11	16.563	38.660	22.097
VI - Total - Permanente - Plano de Gestão Administrativa (PGA)			16.563	38.660	22.097
VII = V + VI - Total Geral			1.112.627	1.399.984	287.355

(c.6) Provisões para perdas

As provisões foram constituídas levando em consideração os riscos e incertezas, segundo critérios definidos na Resolução CNPC Nº 08, de 31 de Outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

A Fundação mantém Provisão para perda em Investimentos de R\$ 101.409 mil referente à aplicações que se encontram pendentes de decisão judicial com remota possibilidade de êxito em favor da Petros, conforme apresentado a seguir:

Descrição	Data de Provisão	31/12/2011	31/12/2010
Cia. Nova América – aplicação em debêntures. Foi ajuizada ação na 10ª Vara Cível visando a recuperação do crédito.	Ago-98	8.148	8.148
Lojas Arapuã – aplicação em debêntures, estando a companhia em situação concordatária desde junho de 1998. O assunto está sendo estudado pelos debenturistas para a adoção de providências.	Set-99	5.433	5.433
Feniciapar - aplicação em debêntures de recebíveis da Arapuã que está em concordata.	Nov-03	4.575	4.575
Hospital da Bahia e Boa Viagem Medical Center - CRI. As garantias apresentadas pelos emissores do ativo encontram-se em fase de execução.	Mar-09	66.719	66.719
Cédula de Crédito Bancário - ALLCRED, devido ao atraso no pagamento do fluxo de amortização e juros ser superior a 61 dias	Nov-11	4.864	-
Certificado Cédula de Crédito Bancário - SEMEAR, devido ao atraso no pagamento do fluxo de amortização e juros ser superior a 61 dias.	Dez-11	8.181	-
Outros	Ago-98	3.489	3.489
Total		101.409	88.364

A Fundação constituiu provisões para créditos de liquidação duvidosa no segmento de Imóveis para Renda – Aluguéis, no valor de R\$ 370 mil, e no segmento Operações com Participantes – Empréstimos de R\$ 5.525 mil, conforme apresentado na tabela abaixo:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Investimentos Imobiliários	370	1.087
Locadas a Patrocinadoras	264	844
Locadas a Terceiros	106	243
Operações com Participantes	5.525	6.049
Planos de Benefícios Definido	5.247	6.024
Planos de Contribuição Definida / Variável	278	25
Total	5.895	7.136

NOTA 6 - PERMANENTE

A composição do saldo é demonstrada a seguir com as respectivas taxas de depreciações / amortizações:

Descrição	Taxa de Depreciação no ano (%)	Custo	Depreciação / Amortização	Saldo
Imobilizado		66.260	(22.788)	43.472
Bens Móveis		22.519	(17.707)	4.812
Instalações	10%	1.828	(1.519)	309
Móveis e Utensílios	10%	1.744	(1.408)	336
Máquinas e Equipamentos	10%	970	(546)	424
Processamento de Dados	20%	17.730	(13.987)	3.743
Direito de Uso de Telefone	-	247	(247)	-
Bens Imóveis		43.741	(5.081)	38.660
Terrenos	-	11.610	-	11.610
Construções	2%	28.996	(3.779)	25.217
Instalações	10%	3.135	(1.302)	1.833
Intangível		74.616	(17.712)	56.904
Software	20%	73.722	(16.818)	56.904
Rede Telecom	-	894	(894)	-
Total		140.876	(40.500)	100.376

NOTA 7 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

A composição das contas que compõem esta rubrica está demonstrada a seguir:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Gestão Previdencial	333.334	148.662
Benefícios a Pagar	247.323	60.700
Retenções a Recolher	147	146
Recursos Antecipados/Outras Exigibilidades	85.864	87.816
Gestão Administrativa	26.548	13.942
Contas a Pagar	7.080	2.422
Retenções a Recolher	2.884	1.404
Pessoal e Encargos	11.826	6.979
Fornecedores	2.345	2.771
Outras	2.413	366
Investimentos	22.296	3.094.058
Ações	17.776	3.090.853
Fundos de Investimentos	31	-
Investimentos Imobiliários	3.000	2.271
Empréstimos e Financiamentos	1.411	847
Relacionados com o Disponível	71	72
Outras Exigibilidades	7	15
Total	382.178	3.256.662

(a) Gestão Previdencial

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$ 333.334 mil, registrado neste grupo, representa as retenções de Imposto de Renda, Condições referentes à folha de Assistidos e Saldo de Contas de Ex-Participantes. A variação na rubrica "benefícios a pagar" refere-se ao saldo de contas decorrente do processo de retirada de patrocínio dos Planos Copesulprev, Manguinhos e Transpetro.

(b) Gestão Administrativa

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$ 26.548 mil registrado neste grupo representa, basicamente, os saldos de previsão de pessoal e encargos e fornecedores (R\$ 16.584 mil) e retenções a recolher (R\$ 2.884 mil).

(c) Investimentos

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$ 22.296 mil registrado neste grupo representa, basicamente, os saldos de contas a pagar de ações (R\$ 17.776 mil), de Investimentos Imobiliários (R\$ 3.000 mil) e Operações com Participantes – Empréstimos (R\$ 1.411 mil). A principal variação desta rubrica refere-se à baixa referente ao pagamento das ações adquiridas em 30/12/10 com liquidação em 05/01/2011.

NOTA 8 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As provisões contingenciais decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências são avaliadas por escritórios jurídicos terceirizados que representam a Petros em tais demandas, levando em consideração a probabilidade de exigência de recursos financeiros para liquidação das obrigações, sendo estimados os montantes e submetidos trimestralmente para exame da empresa de Auditoria Independente. Os processos judiciais e suas classificações são revisadas periodicamente pela Gerência Jurídica da Fundação.

Em 31 de dezembro de 2011, a Petros encerrou esta conta com o montante de R\$ 1.464.963 mil (R\$ 1.025.020 mil em 31 de dezembro de 2010).

Planos	31/12/2011	31/12/2010
Gestão Previdencial	1.277.562	1.017.721
Plano Petros do Sistema Petrobras	1.004.894	815.106
Plano Petros - Empresas Privatizadas	270.826	201.399
Plano Petros Copesul	136.005	138.987
Plano Petros Lanxess	68.902	14.394
Plano Petros Ultrafertil	34.867	24.407
Plano Petros Braskem	27.946	21.791
Plano Petros Nitriflex	2.206	1.545
Plano Petros PQU	900	275
Contribuição Definida/Variável	1.842	1.216
Plano Petros 2	1.698	1.108
Outros	144	108
Gestão Administrativa	187.401	7.299
Total	1.464.963	1.025.020

(a) Gestão Previdencial

Foram constituídas provisões para absorver perdas consideradas prováveis, em função de ações ajuizadas contra a Petros, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 totalizava R\$ 1.277.562 mil (R\$ 1.017.721 mil em 31 de dezembro de 2010).

Apresentamos a seguir os principais objetos das ações, por plano de benefícios:

(a.1) Do Plano Petros Sistema Petrobras

Existem diversas ações que questionam, em regra, os cálculos e a aplicabilidade de normas regulamentares, dentre as quais destacamos os seguintes grupos:

(Grupo 1) – representa 31% (trinta e um por cento) das provisões - i) assistidos almejam incorporação aos benefícios dos níveis concedi-

dos aos trabalhadores da ativa por meio de acordos coletivos de trabalho, ii) assistidos almejam aplicação do novo Plano de Classificação e Avaliação de Cargos aos assistidos; iii) assistidos almejam a incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela do RMNR - Remuneração Mínima por Nível e Regime; iv) assistidos almejam o recebimento dos abonos contingenciais, das participações nos lucros e resultados (PLR) e da Gratificação Contingente, também concedidas aos trabalhadores da ativa por meio de acordos coletivos de trabalho;

(Grupo 2) – representa 40% (trinta e um por cento) das provisões - i) empregados da Petrobras não inscritos na Petros (retardatários) ou inscritos na Petros por força de decisão do Conselho de Administração da Petrobras, que permitiu o ingresso na Fundação (inscrição tardia) e que postulam o pagamento apenas da jóia equivalente às contribuições não recolhidas, com base no salário da época e a liberação do segundo teto do salário-de-participação (INSS);

(Grupo 3) - representa 18% (dezoito por cento) das provisões - i) ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, a inclusão no cálculo da suplementação da parcela intitulada PL-DL-1971 bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício e aplicação de regulamentos.

Em 31 de dezembro de 2011, este Plano encerrou esta conta com o montante de R\$ 1.004.894 mil (R\$ 815.106 mil em 31 de dezembro de 2010), sendo que as garantias, ou seja, os depósitos judiciais classificados no Ativo – Realizável, estão demonstrados na nota 5 (a.4). Desta forma, em 31 de dezembro de 2011 o saldo de provisões deduzido dos depósitos é de R\$ 4.559 mil (R\$ 4.421 mil em 31 de dezembro de 2010).

(a.2) Do Plano Petros Braskem

Apesar da Retirada de Patrocínio, existem diversas ações judiciais que questionam, em regra, os cálculos e aplicabilidade das normas regulamentares, dentre as quais destacamos os seguintes grupos:

(Grupo 1) - representa 70% (setenta por cento) das provisões - i) envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos;

(Grupo 2) - representa 15% (quinze por cento) das provisões - i) questionam a Retirada de Patrocínio do Plano e os valores/critérios dos cálculos dos Fundos de Retirada;

(Grupo 3) - representa 6% (seis por cento) das provisões - i) almejam a desconsideração do limite/redutor etário previsto no Decreto nº 81.240/78 e no Regulamento do Plano de Benefícios.

Em 31 de dezembro de 2011, este plano encerrou esta conta com o montante de R\$ 27.946 mil (R\$ 21.791 mil em 31 de dezembro de 2010), sendo que as garantias, ou seja, os depósitos judiciais classificados no Ativo – Realizável, estão demonstrados na nota 5 (a.4) . Desta forma, em 31 de dezembro o saldo de provisões deduzido dos depósitos é de R\$ 27.729 mil (R\$ 21.578 mil em 31 de dezembro de 2010).

(a.3) Do Plano Petros Copesul

Existem diversas ações judiciais que questionam, em sua maioria, os cálculos e aplicabilidade das normas regulamentares. Entretanto, as ações efetivamente relevantes são aquelas que questionam: (i) a Retirada de Patrocínio do Plano; bem como (ii) aquelas que questionam a validade/legalidade do Redutor Etário (Limite de Idade) e representam 90% (noventa por cento) do total das provisões.

Não obstante ao Processo de Retirada de Patrocínio, ressaltamos que existem, inclusive, decisões judiciais vigentes, determinando a manutenção das contribuições ao Plano de Benefícios.

Em 31 de dezembro de 2011, este plano encerrou esta conta com o montante de R\$ 136.005 mil (R\$ 138.987 mil em 31 de dezembro de 2010), sendo que as garantias, ou seja, os depósitos judiciais classificados no Ativo – Realizável, estão demonstrados na nota 5 (a.4). Desta forma, em 31 de dezembro o saldo de provisões deduzido dos depósitos é de R\$ 19.665 mil (R\$ 18.684 mil em 31 de dezembro de 2010).

(a.4) Do Plano Petros Nitroflex/DSM

Existem poucas ações judiciais que questionam, em sua maioria, a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pela Patrocinadora, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição e representam 78% (setenta e oito por cento) das provisões.

Em 31 de dezembro de 2011, este plano encerrou esta conta com o montante de R\$ 2.206 mil (R\$ 1.545 mil em 31 de dezembro de 2010), sendo que as garantias, ou seja, os depósitos judiciais classificados no Ativo – Realizável, estão demonstrados na nota 5 (a.4). Desta forma, em 31 de dezembro de 2011 o saldo de provisões deduzido dos depósitos é de R\$ 1.788 mil (R\$ 671 mil de 31 de dezembro de 2010).

(a.5) Do Plano Petros Lanxess

Existem diversas ações que questionam, em regra, os cálculos e a aplicabilidade de normas regulamentares, todavia, as ações efetivamente relevantes são demonstradas a seguir, por grupo:

(Grupo 1) - representa 44% (quarenta e quatro por cento) das provisões - (i) buscam o recebimento de benefícios no valor equivalente

à remuneração atual dos diretores, desconsiderando o teto regulamentar;

(Grupo 2) - representa 22% (vinte e dois por cento) das provisões - (i) envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos;

(Grupo 3) - representa 20% (vinte por cento) das provisões - (i) discutem a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pela Patrocinadora, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição.

Em 31 de dezembro de 2011, este plano encerrou esta conta com o montante de R\$ 68.902 mil (R\$ 14.394 mil em 31 de dezembro de 2010), sendo que as garantias, ou seja, os depósitos judiciais classificados no Ativo – Realizável, estão demonstrados na nota 5 (a.4). Desta forma, em 31 de dezembro o saldo de provisões deduzido dos depósitos é de R\$ 56.188 mil (R\$ 4.428 mil de 31 de dezembro de 2010).

(a.6) Do Plano Petros Ultrafértil

Existem diversas ações judiciais que questionam, em regra, a aplicabilidade das normas regulamentares, dentre as quais destacamos:

(Grupo 1) - representa 42% (quarenta e dois por cento) das provisões - i) almejam a desconsideração do limite/reductor etário previsto no Decreto nº 81.240/78 e no Regulamento do Plano de Benefícios;

(Grupo 2) - representa 32% (trinta e dois por cento) das provisões - (i) envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos;

(Grupo 3) - representa 5% (cinco por cento) das provisões - (i) discutem a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pela Patrocinadora, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição.

Em 31 de dezembro de 2011, este plano encerrou esta conta com o montante de R\$ 34.867 mil (R\$ 24.407 mil em 31 de dezembro de 2010), sendo que as garantias, ou seja, os depósitos judiciais classificados no Ativo – Realizável, estão demonstrados na nota 5 (a.4). Desta forma, em 31 de dezembro o saldo de provisões deduzido dos depósitos é de R\$ 7.069 mil.

(a.7) Das Patrocinadoras Liquidadas /Interbrás e Petromisa

Trata-se de ações propostas visando o recebimento das contribuições de retirada de Patrocínio devidas pela União Federal em razão da liquidação da PETROMISA – Petróleo Mineração S/A e da INTERBRÁS – Petrobrás Comércio Internacional S.A, determinada pela Lei 8.029/90.

Proferidas as sentenças, a União Federal foi condenada a pagar a Petros:

(i) a importância de R\$ 9.119.858,95 (nove milhões, cento e dezenove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos), corrigida monetariamente a partir de 31 de dezembro de 1997 até o efetivo pagamento, acrescida de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano a contar da data da citação, mais custas, taxas, despesas e honorários periciais, além de honorários advocatícios, referentes à extinção da PETROMISA – Petróleo Mineração S/A (Processo nº 98.0004377-2 que tramita na 23ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro); e.

(ii) a importância de R\$ 84.260.665,26 (oitenta e quatro milhões, duzentos e sessenta mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos), corrigida monetariamente a partir de 31 de dezembro de 1997 até o efetivo pagamento, acrescida de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano a contar da data da citação, mais custas, taxas, despesas e honorários periciais, além de honorários advocatícios, referentes à extinção da INTERBRÁS – Petrobrás Comércio Internacional S.A. (Processo nº 98.0004378-0 que tramita na 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro).

Após a interposição dos recursos, os acórdãos mantiveram as sentenças de procedência do pleito, ensejando a oposição de embargos declaratórios. No caso da Interbrás os embargos da União Federal foram rejeitados, ensejando a interposição de Recurso Especial ainda não apreciado. Na ação da Petromisa os Embargos também não foram acolhidos, ensejando a oposição de Embargos Infringentes.

(a.8) Outras Ações Judiciais

Destacamos, abaixo, as ações judiciais que tem como objeto o fechamento e a separação de massas do Plano Petros:

Fechamento do Plano Petros

Foram impetrados três Mandados de Segurança (Processo n.º 2004.34.00.019429-5 - Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico/Petroleiro do Estado da Bahia; Processo n.º 2004.34.00.040386-8 - Impetrante: Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros, Petroquímicos, Químicos e Plásticos dos Estados de Alagoas e Sergipe – SINDPETRO AL/SE; Processo nº 2004.34.00.028239-2 - Impetrante: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo (RS) – SINDIPOLO), todos em trâmite na Justiça Federal do Distrito Federal.

Referidos mandados almejam, em suma, que eventual fechamento do Plano Petros seja condicionado à aprovação do ato pela autoridade pública; que sejam considerados nulos quaisquer atos e omissões praticadas levando-se em conta o fechamento do plano e que seja mantido aberto a novas adesões o Plano Petros, enquanto não houver o seu regular fechamento.

O acórdão proferido nos autos da apelação nº 2004.34.00.028239-2 concedeu, parcialmente, a segurança pleiteada para o fim de determinar que o ato que estabeleceu o fechamento do Plano Petros somente produza efeitos após a apreciação e, se for o caso, aprovação pelo órgão fiscalizador e o fechamento para novas adesões terá eficácia, "*nos termos em que aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar em 20 de maio de 2006*". Contra o Acórdão foram interpostos Recursos Especiais e Extraordinários.

No processo nº 2004.34.00.019429-5 foi proferida sentença concedendo "a segurança em parte para determinar que o ato de fechamento do plano de previdência privada PETROS tenha efeitos a parNo mandado de segurança que tomou o nº 2004.34.00.040386-8, a sentença decretou a decadência do direito de impetração do mandado de segurança e, em consequência, julgou extinto o processo, ensejando a interposição de recurso pelo Impetrante, pendente de julgamento.

Destaque-se, ainda, a existência de uma ação ordinária movida por JOSÉ CONRADO DE SOUZA contra Petrobras e Petros, em trâmite na 2ª Vara Cível de Macaé/RJ (processo nº 0010254-31.2009.8.19.0028) que tem como objetivo, em síntese, a reabertura do Plano Petros original e o fechamento do Plano Petros 2, e alternativamente o pagamento de indenização ao Autor equivalente ao valor correspondente a 3 (três) vezes sua reserva matemática atualizada, Esta ação ainda não tem decisão de mérito.

Separação de Massas do Plano Petros

Em 28 de maio de 2004 o Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (SINDPETRO LP), impetrou Mandado de Segurança contra o Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social tendo como litisconsortes passivos Braskem, Copesul, DSM, Nitriflex, Petroflex, Petrobras, Petroquímica União, PETROS, Triken e Ultrafertil, almejando liminarmente a concessão de liminar para determinar a suspensão dos efeitos do Ofício nº 2.086/DEPAT/SPC, de 18 de dezembro de 2003, que aprovou o processo de "Separação de Massas" do Plano Petros e, no mérito, que:

- i) seja declarada e decretada a nulidade do Ofício nº 2.086/DEPAT/SPC, de 18 de dezembro de 2003, da Secretaria de Previdência Complementar, que aprovou a "Separação de Massas" do Plano Petros;
- ii) sejam declarados e decretados nulos os termos do "Acordo Entre Patrocinadores do Plano Petros, Administrado pela Fundação Petrobrás de Seguridade Social", relativo à "Separação de Massas", firmado pelas patrocinadoras da Fundação Petros em 29 de agosto de 2002;
- iii) seja determinado o restabelecimento ao "status quo" ante a celebração do acordo referido no item anterior;
- iv) seja declarada a plena vigência do Convênio de Adesão firmado pelas patrocinadoras em 16 de maio de 1980, inclusive suas sucessoras; e
- v) sejam restabelecidos os ditames do Plano Petros na inteireza de seu Regulamento original.

O processo tomou o nº 2004.34.00.018094-8 e tramita na 16ª Vara Federal do Distrito Federal.

Em 18 de julho de 2006 foi publicada a sentença que julgou procedente o pedido do sindicato, concedendo a segurança, cassando-se a autorização veiculada por meio do Ofício nº 2.086/DEPAT/SPC, de 18 dezembro de 2003, bem como determinando a desconstituição das operações patrimoniais dela decorrentes.

Contra a sentença, Petros, Petrobras, Braskem, Copesul, DSM, Nitriflex, Petroflex, Petroquímica União, Triken, Ultrafertil e a União apresentaram apelações que foram recebidas, inicialmente, somente no efeito devolutivo.

Todavia, em decisão proferida no Agravo de Instrumento interposto pela Petros, foi concedido **efeito suspensivo** às apelações, que aguardam pauta para julgamento.

Existem duas ações pelo procedimento ordinário, que têm o mesmo objeto do mandado de segurança, a primeira, proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias – SINDIQUIMICA (2004.34.00.028045-7) e a segunda, ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo (RS) – SINDIPOLO (2004.34.00.028044-3), ambas em trâmite na 16ª Vara Federal do Distrito Federal. A primeira ação foi julgada improcedente, tendo sido interposto recurso pelo Sindicato-Autor, ainda não apreciado. A segunda ação foi extinta sem resolução do mérito em relação à União Federal, tendo o Juízo declinado a competência para uma das Varas da Justiça Comum do Rio de Janeiro, o que ensejou a interposição de recurso, ainda não apreciado. Em síntese, ambas as ações estão em fase recursal.

(b) Gestão administrativa

O Opportunity Asset Management (OAM) moveu contra a Petros Ação Ordinária que tem como objeto (i) o reconhecimento de parcelas devidas a título de remuneração; (ii) lucros cessantes referentes ao contrato de prestação de serviços denominado "Acordo Operacional".

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu em segunda instância a condenação da Petros ao pagamento das parcelas devidas a título de remuneração ao OAM (i), com liquidação e depósito pela Petros em 07 de outubro de 2011, no montante de R\$ 167.967 mil.

Em relação aos lucros cessantes(ii) ainda encontra-se pendente a decisão pelo Superior Tribunal de Justiça, tendo a Petros ganho em primeira e segunda instâncias. Possível oferecimento de recurso decorrerá de julgamento a ser proferido no Recurso Especial interposto pelo OAM, cuja apuração da materialidade dependerá obrigatoriamente de perícia judicial em eventual reforma das decisões favoráveis à Fundação.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo no valor de R\$ 187.401 mil, refere-se à contingência de reclamações trabalhistas, remuneração e lucros cessantes e salários indiretos.

NOTA 9 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão apresentadas na tabela a seguir:

Provisões Matemáticas	31/12/2011	31/12/2010
Benefícios Concedidos	27.255.978	24.890.634
Contribuição Definida	152.542	144.010
Saldo de contas dos Assistidos	152.542	144.010
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	27.103.436	24.746.624
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	22.019.102	20.823.195
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	5.084.334	3.923.429
Benefícios a Conceder	30.690.082	27.450.651
Contribuição Definida	3.304.449	2.242.477
Saldo de contas - Parcela Patrocinado(es)/Instituidor(es)	2.040.883	1.432.613
Saldo de contas - Parcela Participantes	1.263.566	809.864
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	26.662.522	24.402.573
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	31.392.740	29.136.670
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(3.-575.137)	(3.528.354)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(1.155.081)	(1.205.743)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	723.111	805.601
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados	976.558	1.065.805
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(164.235)	(170.023)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(89.212)	(90.181)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	-	-
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.700)	(5.788)
(-) Serviço Passado	(1.700)	(5.788)
(-) Patrocinador(es)	(1.700)	(5.788)
TOTAL	57.944.360	52.335.497

(*) Valores reclassificados para fins de comparabilidade, em atendimento a Instrução PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011. Conforme definição atuarial, os valores foram reclassificados para Fundos Previdenciais (Planos Petros 2, Misto Sanasa e Sulgasprev).

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO E FUNDOS

(a) Equilíbrio Técnico

O Equilíbrio Técnico Consolidado em 31 de dezembro de 2011 está apresentado na tabela abaixo:

	Equilíbrio Técnico
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.878.180
Superávit do período atual	127.990
Resultados a Realizar do período	4.150
Saldo em 31 de Dezembro de 2011 (a.1)	4.010.320

(a.1) Na composição deste resultado, destacam-se os valores da conta *Resultados a Realizar* (ver Nota Explicativa 5(a.3)), conforme apresentado, por plano, na Nota 11.

	31/12/2011	31/12/2010
Resultados Realizados	3.524.738	3.396.748
Resultados a Realizar	485.582	481.432
	4.010.320	3.878.180

(b) Evolução dos Fundos

A tabela abaixo apresenta a evolução dos Fundos – Previdencial, Administrativo e de Investimentos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Fundos	Previdencial	Administrativo	Investimento	
Saldos em 31/12/2010	511.770 *	1.175.298	54.322	1.741.390 *
Constituição / (Reversão)	(207.927)	(110.952)	2.806	(316.073)
Saldos em 31/12/2011	303.843	1.064.346	57.128	1.425.317

* Valor reclassificado para fins de comparabilidade.

(b.1) Fundos Previdenciais

Os fundos de natureza previdencial totalizaram em 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$ 303.843 mil (R\$ 511.771 mil em 31 de dezembro de 2010), conforme a tabela abaixo:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	6.607	5.446
Fundo de Oscilação de Risco	1.078	2.621
Fundo de Risco	270.729	212.372 (*)
Fundo Especial	5.525	3.721
Fundo de Portalidade e Resgate	600	326
Fundo de Serviço Passado	11.982	9.320
Fundo Benefícios de Risco a Conceder	2.452	2.068
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	4.870	-
Outros - Resolução 26		275.896 (**)
Total de Fundos Previdenciais	303.843	511.770

(*) Valores reclassificados para fins de comparabilidade, conforme Instrução PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011 (Planos Petros 2, Misto Sanasa e Sulgasprev).

(**) Extinção em função do resultado da Reavaliação Atuarial de 2011.

(b.2) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo totalizava em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 1.064.346 mil (R\$ 1.175.298 mil em 31 de dezembro de 2010), conforme apresentado na tabela abaixo:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Saldo do início do período	1.175.298	1.116.437
Resultado dos Investimentos Administrativos	149.046	118.820
Pessoal e Encargos	(90.854)	(68.070)
Serviços de Terceiros	(41.813)	(32.896)
Outras Despesas Administrativas	(30.413)	(37.631)
Constituição/(Reversão) de Contingência Adm.	(180.477)	(24)
Custeio (Taxa de Carregamento, Taxa Adm. Emprést. e outras)	83.559	80.408
Reversão de Recursos para Plano de Benefícios	-	(1.746)
Constituição/(Reversão) do Fundo no ano	(110.952)	58.861
Saldo final do Fundo Administrativo	1.064.346	1.175.298

A reversão do fundo administrativo, no ano de 2011 refere-se basicamente a ação do Opportunity.

(b.3) Fundo dos Investimentos

A Petros constitui mensalmente o Fundo de Quitação Por Morte e Fundo de Cobertura de Inadimplência, conforme as características de cada Plano de Benefícios que possuem esta modalidade. O Plano Misto Sanasa possui Fundo Garantidor, que pratica 0,5% a.a sobre o saldo devedor. Os demais planos possuem Fundo Garantidor de Crédito, sendo praticado 1,63% a.a (1,38% a.a destinado à quitação por ocasião do falecimento e 0,25% para cobertura de inadimplência), cobrado mensalmente na prestação. O saldo em 31 de dezembro de 2011 totalizava R\$ 57.128 mil (R\$ 54.322 mil em 31 de dezembro de 2010), conforme demonstrado abaixo:

Planos	31/12/2011	31/12/2010
Plano Petros do Sistema Petrobras	52.857	50.718
Plano Petros Braskem	70	925
Plano Petros Nitriflex/DSM	92	94
Plano Petros Lanxess	321	273
Plano Petros PQU	366	286
Plano Petros Ultrafertil	751	720
Plano Petros Copesul	993	847
Plano Misto Sanasa	3	2
Plano Petros 2	1.369	426
Plano ANAPARprev	306	31
Total	57.128	54.322

NOTA 11 - SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2011, com exceção do Plano Petros Copesul, que apresentou equilíbrio técnico deficitário, os demais planos apresentaram resultados superavitários.

Em decorrência da solicitação da Patrocinadora de retirar o patrocínio do Plano Petros Copesul, na data base de 31 de julho de 2010, foram suspensos os entendimentos sobre o equacionamento do déficit técnico do plano, tendo em vista que o resultado deficitário eventualmente apurado em relação aos cálculos de retirada previstos na Resolução CPC nº 6/88 será atribuído exclusivamente à Patrocinadora.

O Plano Petros PQU apresentou excedente patrimonial, registrando o montante de R\$ 89.840 mil na conta Reserva Especial para Revisão do Plano. No entanto, por se encontrar em fase de Retirada de Patrocínio o referido excedente será tratado em conformidade com a Resolução CPC nº 06 /1988, que dispõe sobre os procedimentos relativos à retirada de patrocinadora de EFPP.

Após a reavaliação atuarial do exercício de 2011 do Plano Petros Nitriflex/DSM, a parcela do excedente patrimonial anteriormente registrada sob a rubrica "Fundo Previdencial" foi contabilizada na rubrica "Reserva Especial para Revisão do Plano", em razão da possibilidade

de suspensão da destinação do superávit, à luz do disposto no Art. 10 da Resolução CGPC nº 26/2008, em analogia ao alertado pela PREVIC no Relatório de Fiscalização nº 13/2011/ERRJ/PREVIC.

A tabela abaixo apresenta as principais informações dos planos de benefícios administrados pela Petros:

Planos	Ativo Líquido		Provisões Matemáticas		Equilíbrio Técnico		Resultados a Realizar		Fundos Previdenciais		Fundos não Previdenciais	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
BENEFÍCIO DEFINIDO												
Plano Petros do Sistema Petrobras	53.941.338	49.934.990	50.897.278	47.008.807	3.452.325	3.341.238	408.265	415.055	-	-	52.857	50.718
Plano Petros PQU	1.151.729	1.028.176	849.510	772.997	324.098	273.960	21.879	18.781	-	-	366	286
Plano Petros Braskem	-	1.990	-	-	-	1.990	-	-	-	-	70	925
Plano Petros Ultrafertil	998.647	900.297	886.408	733.434	131.321	183.351	19.082	16.488	-	-	751	720
Plano Petros Copesul	571.973	524.571	745.367	667.793	(161.924)	(133.651)	11.470	9.571	-	-	993	847
Plano Petros Lanxess	1.103.550	1.037.053	915.931	640.243	209.271	178.789	21.652	18.728	-	236.749	321	273
Plano Petros Nitriflex/DSM	168.770	152.187	121.411	90.432	50.593	25.417	3.234	2.809	-	39.147	92	94
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA/VARIÁVEL												
PLANOS PATROCINADOS												
Plano Repsol YPF	20.744	17.149	19.067	15.750	-	-	-	-	1.677	1.399	-	-
Plano Cachoeira Dourada	4.990	4.306	4.661	4.012	-	-	-	-	329	294	-	-
Plano Concepa	363	322	195	175	-	-	-	-	168	147	-	-
Plano DBA	14.437	12.877	7.293	6.725	4.270	3.670	-	-	2.874	2.482	-	-
Plano Transpetro	-	137.424	-	137.400	-	-	-	-	-	24	-	-
Plano Triunfo Vida	16.708	15.119	15.317	14.775	-	91	-	-	1.391	253	-	-
Plano ALESAT	6.912	5.276	6.637	5.049	-	-	-	-	275	227	-	-
Plano IBP	4.916	3.969	4.909	3.927	-	-	-	-	7	42	-	-
Plano PQU Previdência	13.915	12.394	9.946	9.206	-	3.006	-	-	3.969	182	-	-
Plano Copesulprev	-	16.155	-	15.973	-	-	-	-	-	182	-	-
Plano Misto Sanasa	69.845	54.895	55.638	43.544	-	-	-	-	14.207	11.351	3	1
Plano Manguinhos	-	440	-	394	-	-	-	-	-	46	-	-
Plano Termoprev	561	375	561	375	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano FIEPEprev	16.232	11.835	16.013	11.565	90	220	-	-	129	50	-	-
PLANO PETROS 2	3.207.495	2.016.831	2.929.563	1.797.790	-	-	-	-	277.932	219.041	1.369	427
Plano TBG	10.926	5.434	10.859	5.415	-	17	-	-	67	2	-	-
Plano PTAPrev	5.529	3.236	5.501	3.233	-	-	-	-	28	3	-	-
Plano PrevFIEPA	4.441	2.418	4.325	2.356	92	59	-	-	24	3	-	-
PLANO PREVFIEA	2.023	731	1.830	708	184	23	-	-	9	-	-	-
Plano GasPrev	4.903	1.454	4.876	1.454	-	-	-	-	27	-	-	-
Plano PETRO_RG	2.613	339	2.595	339	-	-	-	-	18	-	-	-
Plano Liquigás	11.389	2.724	11.370	2.724	-	-	-	-	19	-	-	-
Plano Sulgasprev	1.426	240	1.199	205	-	-	-	-	227	35	-	-
PLANOS INSTITUÍDOS												
Plano Simeprev	5.367	1.967	5.367	1.967	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano IBA	7.021	5.114	7.021	5.114	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Culturaprev	4.000	3.229	4.000	3.229	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano SinMed/RJ	1.196	931	1.196	931	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano CROprev	7.787	5.342	7.787	5.342	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano CRAprev	2.799	1.755	2.799	1.755	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano ADUANAPrev	2.843	2.316	2.843	2.316	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano ANAPARprev	160.588	154.130	160.588	154.130	-	-	-	-	-	-	306	31
Plano FENAJprev	780	469	780	469	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Previttel	224	118	224	118	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano UNIMED-BH	201.876	150.962	201.410	150.851	-	-	-	-	466	111	-	-
Plano Cooperado	20.109	12.281	20.109	12.281	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano PreviContas	832	82	832	82	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano PREV-ESTAT	93	31	93	31	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano CRCprev	123	28	123	28	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano PREVIItália	158	54	158	54	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Prevtran	767	-	767	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Esporteprev	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consolidado	61.772.941	56.244.016	57.944.360	52.335.498	4.010.320	3.878.180	485.582	481.432	303.843	511.770	57.128	54.322

NOTA 12 – FATO RELEVANTE

(a) AÇÃO JUDICIAL SOBRE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – OFND

A Petros juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do Decreto-Lei nº 2.288, de 24 de julho de 1986, Art. 7º, adquiriu Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN - Obrigação do Tesouro Nacional.

A ABRAPP, representando os Fundos de Pensão, ajuizou a União Federal requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários decorrentes da OFNDs (Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento) ocorridos entre abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ação objetivou o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND e, consequentemente, dos respectivos rendimentos, propondo a adoção do IPC, em vez do BTN, durante o período citado.

A ação foi julgada procedente, tendo ocorrido o trânsito em julgado do mérito em 28 de setembro de 2008, estando o processo, entretanto, ainda em fase de execução. Em 27 de dezembro de 2010, o referido processo judicial transitou em julgado a favor da ABRAPP (consequentemente a favor dos Fundos de Pensão).

Em 28 de junho de 2011, foi apresentado ao Juiz Federal da 23ª Vara Federal a memória de cálculo discriminada e atualizada referente ao débito principal, cujo montante da Petros está estimado em R\$ 806.652 mil.

Em 05 de setembro de 2011, foi encaminhado Ofício nº 3360/2011/PF/PREVIC 107.30/2010 – AGU/PRU 4ª Região – 1º Grau à PRF – 2ª Região, visando o refazimento dos cálculos relativos à atualização das OFNDs.

Em 17 de janeiro de 2012, a PREVIC emitiu o Ofício nº 150/2012/CGMC/DIACE/PREVIC que determinou, em caráter prudencial, a reversão dos valores contabilizados.

Podendo haver impugnação deste valor por meio de embargos à execução, a Petros, até o presente momento, decidiu por não registrar contabilmente os valores decorrentes desta ação, até que se tenha um posicionamento líquido e certo.

* * *



LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO

Presidente

CPF: 035.541.738-35



CARLOS FERNANDO COSTA

Diretor

CPF: 069.034.738-31



MAURÍCIO FRANÇA RUBEM

Diretor

CPF: 449.205.717-04



NEWTON CARNEIRO DA CUNHA

Diretor

CPF: 801.393.298-20



RENATA MOREIRA FERRETTI

Contadora

CRC-RJ-082.648/O-7

CPF 012.068.957-05

Reunião do Conselho Fiscal, ata 413

Demonstrações Contábeis

Decisão: O Conselho Fiscal: a) utilizando o voto de qualidade do Presidente, aprovou o Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre a Gestão e as Demonstrações Contábeis da Petros do Exercício de 2011, com base na proposta de parecer apresentada pelos Conselheiros eleitos Silvio Sinedino Pinheiro e Epaminondas de Souza Mendes; b) tomou conhecimento da apresentação realizada pelo Gerente Executivo Jurídico, Sr. Igor Souto, e pela Gerente de Contabilidade Sr^a Renata Moreira Ferretti, referente à Nota Explicativa nº 8 – Exigível Contingencial das Demonstrações Contábeis da Petros do exercício de 2011, apresentando informações complementares, referente a “Outras Ações Judiciais”, e demais questões envolvendo a ação relativa ao Banco Opportunity, em atendimento a solicitação descrita na carta CF-019/2012, de 19-03-2012; c) tomou conhecimento do voto em separado dos Conselheiros indicados Bruno Passos da Silva Melo e José Elias da Silva sobre a Gestão e as Demonstrações Contábeis da Petros do Exercício de 2011; e d) encaminhou o Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre a Gestão e as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2011 ao Conselho Deliberativo da Petros, acompanhado do Extrato da Ata CF 413, de 20-03-2012, e do Voto em separado dos Conselheiros indicados Bruno Passos da Silva Melo e José Elias da Silva.

Reunião do Conselho Deliberativo, ata 454

Demonstrações Contábeis

Decisão: O Conselho Deliberativo, com os votos contrários dos Conselheiros Paulo Teixeira Brandão e Agnelson Camilo da Silva: a) aprovou, por maioria, as Demonstrações Contábeis da Petros e as contas da Diretoria Executiva relativas ao exercício de 2011, em conformidade com o inciso XVIII do artigo 26 do Estatuto Social da Petros.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Luís Carlos Fernandes Afonso

Diretores

Carlos Fernando Costa

Maurício França Rubem

Newton Carneiro da Cunha

Secretário-Geral

Wagner Luiz Constantino de Lima

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares

Diego Hernandes

(presidente a partir de 19/05/2011)

Wilson Santarosa

(presidente de 11/02/2003 a 18/05/2011)

Jorge José Nahas Neto

Nilton Antonio de Almeida Maia

(conselheiro a partir de 19/05/2011)

Regina Lucia Rocha Valle

(conselheira de 25/06/2009 a 17/05/2011)

Paulo César Chamadoiro Martin

(conselheiro a partir de 26/10/2011)

Yvan Barretto de Carvalho

(conselheiro de 11/02/2003 a 25/10/2011)

Paulo Teixeira Brandão

(posse para o segundo mandato em 26/10/2011)

Ronaldo Tedesco Vilardo

Suplentes

Agnelson Camilo da Silva

Alexandre Aparecido Barros

Claudia Padilha de Araújo Gomes

Danilo Ferreira da Silva

(conselheiro a partir de 26/10/2011)

Epaminondas de Souza Mendes

(conselheiro de 14/05/2007 a 25/10/2011)

Eurico Dias Rodrigues

(conselheiro a partir de 19/05/2011)

Armando Ramos Trípoli

(conselheiro de 11/02/2003 a 18/05/2011)

Fernando Leite Siqueira

(conselheiro a partir de 26/10/2011)

Roberto de Castro Ribeiro

(conselheiro de 14/05/2007 a 25/10/2011)

CONSELHO FISCAL

Titulares

Silvio Sinedino Pinheiro

(presidente)

Bruno Passos da Silva Melo

Epaminondas de Souza Mendes

(conselheiro a partir de 26/10/2011)

Fernando Leite Siqueira

(conselheiro de 14/05/2007 a 25/10/2011)

José Elias da Silva

(conselheiro a partir de 01/04/2011)

Eurico Dias Rodrigues

(conselheiro de 27/02/2007 a 31/03/2011)

Suplentes

Denise Frazão Ginzo

Emidio Rebelo Filho

(conselheiro a partir de 26/10/2011)

Sergio Salgado

(conselheiro de 14/05/2007 a 18/08/2011)

Oscar Angelo Scottá

Walber Monteiro de Almeida

(conselheiro a partir de 01/04/2011)

André Luiz da Fonseca Fadel

(conselheiro de 27/02/2007 a 31/03/2011)

EXPEDIENTE

Coordenação geral:

Gerência de Comunicação e Relações Institucionais

Consolidação do relatório:

Gerência de Planejamento Financeiro

Projeto gráfico e produção:

Imagem Corporativa

Imagens da capa: Shutterstock

Fotos: Arquivo da Petros

Impressão: Ediouro Gráfica

Produção do CD: Clone Carioca

Tiragem: 30 mil exemplares

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

Rua do Ouvidor, 98 - Centro

CEP 20040-030 - Rio de Janeiro - RJ

Site: www.petros.com.br

E-mail: petros@petros.com.br

Tel.: (21) 2506-0335

CONFIRA EM SEU CD

O DETALHAMENTO DOS SEGUINTE CONTEÚDOS

Caderno Principal

Apresentação

Mensagem aos Participantes

Foco no Participante e na Busca de Resultados

Resultados da Petros em 2011

Complementos

Planos de Benefício Definido

Planos de Contribuição Definida

Planos de Contribuição Variável

Planos Instituídos



